

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- HABILITAÇÃO EM JORNALISMO-
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RENATA LOPES DA SILVA

QUEM SOMOS EU?
ESTUDO ETNOGRAFICO SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE
PERSONAS POLITICAS

PORTO ALEGRE

2013

RENATA LOPES DA SILVA

QUEM SOMOS EU?

**ESTUDO ETNOGRAFICO SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE
PERSONAS POLITICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção de grau de mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut

PORTO ALEGRE

2013

Renata Lopes da Silva

QUEM SOMOS EU?

**ESTUDO ETNOGRAFICO SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE
PERSONAS POLITICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção de grau de mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut- PUCRS

Prof^a. Dr^a. Débora Leitão- UFSM

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira– PUCRS

PORTO ALEGRE

2013

Este trabalho é dedicado a minha filha, **Julia Lopes Zunino**, que tinha apenas nove meses quando eu decidi encarar o desafio do Mestrado. Ela foi o maior obstáculo a ser superado para a realização deste sonho, mas ela também foi a minha maior inspiração e fonte de **ENERGIA**.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador que aceitou o desafio de orientar uma aluna litorânea, que respeitou meus limites e, sobretudo, foi muito paciente e incentivador.

Ao meu marido, Gilsandro Pioner Zunino, que simplesmente me apoia, sempre, em tudo que me realiza e me faz feliz.

Aos meus pais - Alceu Moreira da Silva e Maria Marlene de O. Lopes da Silva- agradeço por sempre me apoiarem, e por fazerem o possível para aliviar o peso da bagagem que eu devo carregar. Eles são a base de todas as minhas conquistas.

Aos meus irmãos - Rodrigo e Ricardo Lopes da Silva - agradeço pelos cuidados comigo e, sobretudo com a Julia. A maternidade me trouxe a certeza de que os meus irmãos são o braço que eu sempre posso me apoiar.

As minhas tias, Maria Madalena de Oliveira Lopes e Maria Moreira, eu não tenho como descrever a sorte de tê-las em minha vida.

A minha comadre, Carolina de Oliveira Borba, a melhor dinda que poderia ter escolhido para minha filha. Obrigado por estar sempre tão disposta a me ajudar sem nunca pedir nada em troca.

Enfim, ao meu time!

Vocês são os braços que embalaram a Júlia sempre que este projeto exigiu que eu me afastasse dela, e fazendo isso vocês me carregaram no colo também.

As máscaras são expressões controladas e ecos admiráveis do sentimento, ao mesmo tempo fiéis, discretas e supremas. As coisas vivas em contato com o ar devem adquirir uma cutícula, e não pode argumentar que as cutículas não são corações; contudo alguns filósofos parecem aborrecidos com as imagens por não serem objetos e com as palavras por não serem sentimentos. Palavras e imagens são como conchas, não menos partes integrantes da natureza do que as substâncias que cobrem, porém melhor dirigidas ao olhar e mais abertas à observação. Não diria que a substância existe por causa da aparência, ou o rosto por causa da máscara, ou as paixões por causa da poesia e da virtude. Coisa alguma surge na natureza devido a qualquer outra coisa; todas essas faces e produtos estão igualmente envolvidos no ciclo da existência [...].

George Santayana

RESUMO

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas, busca examinar o processo de “construção coletiva” da pessoa política, com ênfase em parlamentares do Rio Grande do Sul. A parte inicial da Dissertação consiste em uma exposição sobre a noção de pessoa e identidade, e nela se busca esclarecer o conceito que se adotou neste trabalho. Na sequência, busca-se o esclarecimento do tema e sua relevância através de dados coletados na pesquisa de campo. Para tanto, esta pesquisa explora o dia a dia da pessoa política, e observa os métodos utilizados para a construção de seu personagem, que aqui titularemos de persona política. O foco é a ação dos assessores políticos que influenciam na personificação deste ator. Para execução deste objetivo também utilizamos o método Observação Participante. Não obstante, comentam-se os procedimentos metodológicos com vistas à apresentação da Proposta de Dissertação, centrando-se na questão a investigar e na hipótese a ser testada. Entre as hipóteses que veremos a seguir, vale destacar a ideia de que os assessores políticos constroem o personagem político. Vamos afirmar a presença de diversos outros fatores nesta construção, no entanto o foco estará sobre a ““agência”” do assessor. Além disso, discute-se o tema, procurando estabelecer os marcos iniciais para aqueles que desejarem aprofundar o seu estudo.

Palavras-chave: Noção de Pessoa. Identidade. Imagem. Pessoa Política. Persona Política. Assessores. Equipe. Personagem. Assessoria de Imprensa. Ciberespaço.

ABSTRACT

This work, through a research bibliography and interviews, seeks to examine over the process of “collective construction” of politic person with emphasis in deputies of the estate of Rio Grande do Sul. The initial part of the dissertation consists of an exhibition on the notion of personhood and identity, and if it tries to clarify the concept that was adopted in this work. Further, it seeks to clarify the topic and its relevance through data collected in field research. Will be explored the everyday of the politic person, and observed the methods used to building his character. The emphasis is the advisors actions that get influence on politic performance. Will be used the method of participant observation. Methodological procedures in order to prepare the Dissertation Proposal are discussed, stressing the research question and the hypothesis to be tested. Also, is discussed the issues, establishing the initial steps for those willing to deepen into it.

Key-words: Notion of Person. Identity. Image. Politic Person. Politic Persona. Advisors. Team. Character. Press Office. Cyber espace.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 NOÇÃO DE PESSOA.....	20
1.1 Nasce a pessoa	29
1.2 Identidade e representação	37
2 COMPORTAMENTO DE PALCO E DE BASTIDORES.....	42
2.1 Construindo uma identidade política	51
2.2 A busca coletiva pela imagem de sucesso	53
3 A ASSESSORIA DE IMPRENSA.....	59
3.1 Realidade e artifícios.....	67
3.2 Assessoria eficiente, político proeminente.....	74
4 IDENTIDADE ON-LINE - IDENTIDADE OFF-LINE.....	80
4.1 Contextualizando ciberespaço.....	87
4.2 Tecnologias de informação atuando na imagem de um político	89
4.3 Simultaneidade de presenças	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	106

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se entre duas áreas: a antropologia e a ciência política - duas das três linhas de interesse acadêmico do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em suma, o que pretendemos é: refletir a respeito da construção da persona política, sobre a influência de sua equipe de assessores. Apesar de o estudo acontecer no campo da ciência política, sua abordagem é antropológica.

No entanto, para que fosse possível discutir a construção de uma persona, precisamos primeiramente definir o que entendemos por pessoa, com este intuito foi construído o referencial teórico, intitulado de: Noção de pessoa, o primeiro capítulo. Em seguimento, nesta introdução, vamos apresentar os quatro capítulos, seus respectivos objetivos e configurações.

Nos momentos iniciais desta pesquisa preocupou-se com expor algo novo, ou pelo menos, sobre uma nova ótica. Desta forma pesquisamos a bibliografia sobre a construção da persona política, e encontramos muitos trabalhos sobre a mídia na construção de personalidades, também se leu pesquisas sobre a construção desta personalidade pelo próprio indivíduo. Não encontramos, no entanto, nenhum material que explore a edificação da persona política por meio de seus assessores, e é esta ótica que escolhemos adotar aqui.

O recorte, que pareceu muito atraente, uma vez que a pesquisadora é assessora política, também levou em conta os novos padrões de configuração da assessoria de comunicação. As novas mídias possibilitaram e disseminaram um novo campo de representação política, e dentro deste campo (ciberespaço) também existe uma personalidade sendo moldada, personalidade esta que influi diretamente sobre a imagem real do agente político. Os meios de comunicação de massa elevaram ao ápice a importância de uma assessoria que bem represente os integrantes da classe política. Afinal, como e quem faz a imagem de um político? Seriam todos os políticos, homens e mulheres, nascidos com carisma natural para

cativar pessoas? Ou será que, em menor ou maior grau, eles são moldados ao longo da vida pública?

Vale ressaltar que sendo o político no Brasil eleito democraticamente tem-se que a “imagem” é seu bem maior. Dessa forma e com todas as restrições a figura do político na atualidade, entende-se que é zeloso e de extrema importância o trabalho da equipe que assessora o homem público.

A imagem de um representante político é tal qual o conceito de uma marca que precisa ser cuidadosamente construído e diariamente protegido. A fim de entender e analisar o trabalho de assessoramento na construção da identidade de um representante político adotar-se-á como base para o referencial teórico o livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* de Erving Goffman. A escolha do texto se deve primeiramente pela detalhada perspectiva sociológica a partir da qual é possível compreender a questão das identidades sociais de forma a percebermos que “vestir uma máscara” não significa uma falsa representação do eu, mas sim, a reprodução de uma parte da construção de uma identidade maior. Além disso, a perspectiva da representação teatral adotada por Goffman será utilizada neste trabalho com a finalidade de elucidar a temática aos leitores. De tal modo que o vocabulário utilizado é de caráter dramático.

Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades as outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas. Usando este modelo, não tentarei esclarecer suas óbvias influências. **O palco apresenta coisas que são simulações. Presume-se que a vida apresenta coisas reais e, às vezes, bem ensaiadas. Mais importante, talvez é o fato de que no palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores. A platéia constitui um terceiro elemento da correlação, elemento que é essencial, e que entretanto, se a apresentação fosse real não estaria lá. Na vida real, os três elementos ficam reduzidos a dois: o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem platéia.** (GOFFMAN, 2002, p. 9) (grifo nosso).

Esta dissertação nasceu dentro do campo de trabalho da pesquisadora, que tem sua formação em jornalismo e atua, há quatro anos, na assessoria de imprensa política. Sua motivação surgiu, sobretudo, por dois aspectos: O primeiro, pelo lugar

central que homens públicos, politicamente falando, ocupam na sociedade brasileira. O segundo, pela percepção de que o político é hoje no Brasil uma “marca”, que conta com uma estrutura considerável de representação e que movimenta o mercado político através de profissionais (assessores) cada vez mais capacitados para executar a tarefa de agir e falar em nome de seus chefes. A pesquisadora que até então estava imersa neste universo sentiu a necessidade de se distanciar e analisar qual a importância do trabalho de assessoria política, com o objetivo de identificar se ele realmente influi na consolidação da imagem de uma personalidade. E se interfere com que grau e através de quais métodos.

Para chegar a tais resultados entendeu-se que o primeiro passo era compreender o juízo de identidade, imagem, personalidade e a noção de pessoa, considerações que irão preencher todo o nosso referencial teórico. Só depois de entender e sinalizar os conceitos com que iríamos trabalhar é que decidimos partir para a pesquisa de campo, que foi feita utilizando-se de entrevistas com parlamentares e assessores e com a técnica de observação participante. Além de compreender tais conceitos é preciso tornar palpável o contexto onde eles se aplicam e as relações pelas quais eles se anunciam.

No livro *Carnavais, Malandros e Heróis* (1979, p. 244), Roberto DaMatta revela uma realidade social, “[...] os homens são, assim, denunciados por seu cargo e posição social [...]”, o autor também posiciona o político no Brasil como sendo um cargo de alto prestígio que em muitas situações é considerado o herói da nação e em tantas outras o malandro. É possível afirmar que, no Brasil, devido a uma série de situações, a política (leia-se os políticos) vem sofrendo uma queda no seu prestígio, e cada vez mais se ouve relacionar o político ao malandro (corrupto) e menos ao herói. De qualquer forma, o que percebemos, de fato, é que a posição social de um político, suas falas e atitudes são, ainda, muito valorizadas na nossa sociedade. A vida pública de um político está, hoje, muito mais exposta, e seu comportamento cada vez mais sendo julgado.

Segundo o diretor de teatro e cinema Peter Brook (1999, p. 310):

(...) nossa existência pode ser representada por dois círculos. O círculo interno corresponde a nossos impulsos, nossa vida secreta, que não podem ser vistos, nem seguidos. A circunferência externa equivale à vida social: são nossos relacionamentos com terceiros, trabalho, lazer. De maneira genérica, o teatro reflete o que acontece no círculo externo... (ou seja), tende a ser expressão de um mundo visível, conhecido.

A luz deste trabalho ilumina o segundo círculo, a vida social do político. No entanto, não faremos esta análise com referências externas ou valores de instituições, nas palavras de DaMatta (1979, p.17) o queremos é “descobrir e levar adiante a relativização do pensar sobre a realidade humana como sendo feita de princípios sociais relativos uns aos outros”. Não há intenção de contrapor ou criticar teorias, mas sim de pensá-las de forma relativa sem excluir a “agência” das estruturas sociais tanto quanto a ação do indivíduo moderno.

Esse trabalho está estruturado em quatro capítulos o primeiro, como já foi mencionado, é o referencial teórico. Em uma abordagem mais abarcante iremos trabalhar a questão da construção da identidade no cotidiano do indivíduo, bem como, a ideia de construção da persona política. Tomar-se-á como base o fato de que uma pessoa constrói sua identidade totalmente influenciada pelos indivíduos que a cercam. Tomando como ponto de partida essa proposição, será analisado o trabalho da equipe na consolidação desta identificação. Ademais, vivemos em uma sociedade rodeada por organizações que nos conduzem a conviver em coletivos e assumir identidades de conjuntos mais amplos.

No entanto, é no segundo capítulo que o cerne desta pesquisa se encontra. O conceito de representação da identidade do tópico anterior nos possibilitará o recorte, para a constituição da identidade da pessoa do político norteadas pela equipe de assessores. A partir deste contexto apresentado, a pesquisadora se propõe a estudar as equipes de assessores a serviço da construção da pessoa do político, por meio de interferências em suas ações e imagem. Para isto, se utilizará de entrevistas realizadas e a observação participante com assessores de imprensa e demais responsáveis pelo assessoramento da imagem de quatro representantes do legislativo: um municipal, um estadual, e dois do federal. Sendo três possíveis

candidatos no pleito ao executivo de 2012. A escolha foi proposital tendo em vista que se pretende analisar o comportamento de bastidores (comitês eleitorais, escritórios e gabinetes), e de palco (discursos, comícios e debates públicos).

O objetivo geral é analisar os processos que configuram a atuação da assessoria na consolidação da imagem do político. Para isso vamos verificar nesses três casos o quanto o subordinado influencia seu “chefe” nas vestimentas, discurso, escolhas, votos, e em consequência disto, como essa interferência age sobre a construção desta persona política. A pesquisadora se propõe a analisar desde a importância de uma equipe lembrar seu representante do nome das pessoas que o apoiam, até o valor de uma assessoria na pesquisa dos temas e bandeiras que estes representantes legislativos carregam. O foco recairá, pois, sobre a equipe e a sua busca coletiva pela imagem de sucesso do seu representante.

Já no terceiro capítulo, aprofundaremos nosso recorte lançando luz para a assessoria de imprensa. A pesquisadora tem a intenção de aproximar o tema que é político-antropológico a sua área de formação que é a comunicação. É importante compreender que quando um trabalho de imprensa é mal desenvolvido resulta ferida a imagem do próprio político, que percebe seu desgaste perante seus eleitores e não consegue manter a visibilidade conquistada em momentos eleitorais. Uma escolha equivocada de uma assessoria de imprensa pode causar ao ator público o fracasso em demais eleições. Bem como, são incomensuráveis os pontos positivos na imagem de um representante acarretados por um eficiente grupo de trabalho.

A afinidade da equipe é um fator de extrema relevância no processo de representação de um agente político. Goffman (2002, p.80) afirma que “durante uma representação de equipe em andamento, qualquer participante tem o poder de abandoná-la ou interrompê-la por uma conduta não apropriada” é por isso que, “cada um é obrigado a confiar na boa conduta e no comportamento de seus companheiros, e vice-versa”. Especialmente no caso dos Deputados federais e estaduais onde o território eleitoral é muito extenso, e as equipes se dividem “territorialmente” na representação de um indivíduo. A confiança de que todos estão trabalhando com o mesmo propósito e representando-o respaldados pela mesma

imagem - que acreditam deva ser propagada - está intrínseca ao processo de forma muda, mas totalmente visível.

No tocante ao quarto capítulo a intenção é pesquisar as inovações tecnológicas que atuam na sociedade contemporânea também como mecanismo de formação da identidade de uma personalidade política. O escopo é focalizar a inversão da representatividade. Ou seja, se no mundo off-line somos um indivíduo bancando, cotidianamente, várias parcelas de uma identidade em espaços de tempo diferentes, no mundo on-line existe a possibilidade de mais de uma pessoa (assessores) representar uma única identidade simultaneamente. Inclusive o próprio político pode trabalhar dentro de uma rede social com várias janelas de diálogos abertos, representando diferentes faces da sua pessoa política concomitantemente. Iremos trabalhar as transformações na imagem deste político decorrentes da mudança do ambiente real para o virtual, tendo em vista aquilo que alguns estudiosos têm percebido a respeito destas tecnologias da informação e comunicação:

Cada vez mais, vivemos em um mundo no qual você acorda como amante, toma café da manhã como mãe e dirige seu carro para o trabalho como advogada. Em um mesmo dia, as pessoas passam por transições drásticas, e é evidente que desempenham múltiplas funções [...]. Na internet, você se vê atuando em sete janelas abertas na tela, assumindo literalmente diferentes personalidades em cada uma dessas sete janelas, tendo todo o tipo de relacionamento, alterando e desempenhando todas essas funções simultaneamente, deixando partes de si mesmo nas diferentes janelas, nos programas em que escreveu e que o representam enquanto você está em outra janela. Sua identidade é distribuída em uma série de janelas. Cada vez mais, a vida na tela também oferece uma janela para o que somos na vida fora da tela: **somos pessoas que alteramos aspectos do eu**. Mas, evidentemente, a vida na tela aumenta o poder dessa qualidade de "alternar" aspectos do eu. Considero esse um dos aspectos mais estimulantes da vida on-line: é tão diferente, mas, profundamente, conseguimos identificá-lo. (TURKLE, 1997, p. 264) (grifo nosso).

É importante salientar que nenhum advento tecnológico reestrutura, modifica ou cria algo sem o homem, tanto ciência como tecnologia emergem da sociedade e nela são aplicadas, congregando o dinamismo inerente aos processos sociais. No caso exclusivo das "Novas Tecnologias de Comunicação (NTC)", face à posição da mídia como elemento decisivo na produção de discursos e conhecimentos, estas sempre desencadearam novas formas de relações sociais e práticas culturais.

Objetiva-se então, discutir os impactos sociais advindos das NTC, dentro de um contexto de representação de personalidades políticas que respectivamente compõem uma imagem.

Há uma série de pesquisas e textos a respeito de personalidades políticas, no entanto, o enfoque deste trabalho não está no indivíduo político, mas sim em seus assessores. O intuito é mensurar a importância destes subordinados na construção da imagem de um político.

Sendo a política uma realidade na dinâmica organizacional, esse pressuposto já se consubstancia suficiente para justificar a realização de pesquisas. Mesmo que o tema seja, hoje, cercado de conotações pejorativas e de juízos de valores geralmente negativos, o desenvolvimento do campo do comportamento organizacional no Brasil não poderia se privar da análise sobre os comportamentos políticos. Espera-se com a presente pesquisa contribuir para o desenvolvimento teórico dessa área do conhecimento e para a validação de um instrumento próprio à sua mensuração e adequado à realidade brasileira.

Ainda que potencialmente disfuncionais, é importante destacar que os comportamentos políticos são capazes também de trazer benefícios tanto para os atores individualmente quanto para os resultados da organização. Logo, esse estudo tem como pretensão auxiliar cientistas políticos, antropólogos e assessores políticos a partir do alcance de uma melhor compreensão do fenômeno da política. No caso da assessoria pretende-se auxiliar a desenvolver práticas de gestão que, de um lado, mitiguem seus efeitos negativos e, do outro, utilize-a em prol da eficácia organizacional.

Metodologicamente falando esta pesquisa aborda a construção da identidade de um indivíduo em um campo específico. Esse recorte levou em consideração que a identidade de alguém, ou de algum grupo, se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes. De tal forma que é importante um conciso recorte.

A identidade de alguém no local onde mora, entre vizinhos, amigos parentes ou pessoas estranhas, é apenas um dos contextos sociais, e talvez nem seja o mais importante na formação de uma identidade. **Uma abordagem etnográfica modernista da identidade requer que este processo de dispersão da identidade em muitos lugares de natureza diversa seja apreendido.** Evidentemente, tal requisito apresenta novos problemas, alguns muito difíceis, no que se refere à metodologia (...). Mas captar a formação da identidade (na realidade, identidades múltiplas) num momento específico da biografia de uma pessoa ou da história de um grupo de pessoas através da configuração de locais ou contexto de atividades muito diferentes significa reconhecer tanto os poderosos impulsos integrativos (racionalizadores) do Estado e da economia na modernidade (e as inovações tecnológicas que atuam constantemente, dando força a estes impulsos), quanto às consequentes dispersões do sujeito. (MARCUS, 1991, p. 204) (grifo nosso).

Foi pensando nas múltiplas faces de uma identidade e em seus inúmeros palcos de atuação que determinamos nosso campo de pesquisa unicamente no palco de ação do político e seus subordinados no exercício da profissão. Serão analisadas as ocasiões onde este ator social, juntamente com seus assessores, toma decisões que afetam diretamente a construção da sua identidade. Estas situações se concentram em comitês eleitorais, gabinetes parlamentares e reuniões com a equipe. Visando mensurar o peso das colocações dos assessores na postura do político, a pesquisadora se propõe a analisar posteriores discursos, resoluções e atitudes.

De antemão podemos afirmar que, atualmente, a identidade, a imagem ou a personalidade de um ator político não podem ser consideradas produto de um indivíduo para outro. A imagem de uma figura pública é arquitetada no plural e recebida por cada indivíduo a sua maneira, com algumas características salientes que resultam na identidade sobressalente deste ator. Tendo isso em vista, é objetivo deste estudo buscar entendimentos sobre como acontecem às práticas de construção desta identidade “profissional” sobre o ângulo e poder de atuação dos assessores políticos.

Este é um trabalho antropológico de caráter qualitativo. Os métodos que utilizamos para a construção desta dissertação foram: revisão bibliográfica, entrevistas semi-dirigidas e observação participante. Vale ressaltar que sua base se encontra no levantamento de dados através da observação participante. Quatro

representantes do legislativo fazem parte do grupo de entrevistados desta dissertação e juntamente com eles suas respectivas equipes de assessoramento. Outros representantes do legislativo permitiram que esta pesquisadora se valesse de experiências vivenciadas durante os quatros anos que atuou como assessora de imprensa política, o objetivo foi enriquecer o corpo de dados desta pesquisa.

O grupo de entrevistados foi selecionada levando em conta que 2012 foi um ano de pleito para o executivo. Por isso foram selecionados: um representante do legislativo municipal candidato ao executivo, um representante do legislativo gaúcho (que era pré-candidato na fase de pesquisa, mas que acabou não se candidatando), um representante do legislativo federal, que também concorreu ao executivo. A seleção levou em consideração que personalidades políticas imersas em campanhas eleitorais produziram maior riqueza de situações e informações possíveis de serem observadas levando em conta o objeto desta pesquisa. Foi considerado também o possível acesso da pesquisadora aos políticos selecionados e suas equipes.

Este trabalho foi construído em dois anos e cinco meses. A definição do tema se deu em meados de 2011, as entrevistas começaram no ano de 2012, no entanto a pesquisadora se valeu de conhecimentos prévios, adquiridos nos anos de experiência profissional.

Durante a execução das entrevistas a pesquisadora percebeu que os assessores políticos ficavam mais “descuidados” e falantes quando se esclarecia que a identidade dos parlamentares não seria revelada. Desta forma se adotou esta postura, de forma que denominaremos os políticos informantes como: Senadora Informante, Deputado Federal Informante, Deputado Estadual Informante e Vereador Informante. Adotaremos a mesma postura com parlamentares que permitiram levantamento de dados através da técnica de observação participante, entre eles estão dois deputados federais e uma Senadora. Quando estivermos nos referindo aos parlamentares que fazem parte do grupo de entrevistados desta dissertação utilizaremos as iniciais com letras maiúsculas.

Vale ressaltar que ficou esclarecido que apesar do nome não ser revelado, uma série de fatores e conjunções poderiam levar o leitor deste trabalho a desvendar a identidade dos entrevistados. De forma que, para todos os que participaram como informantes foi advertido que, embora se oculte o nome, a proteção ao anonimato, nesta pesquisa, é consideravelmente frágil.

Com o conjunto de entrevistados realizamos entrevistas semi-dirigidas e em profundidade, bem como, com assessores das respectivas equipes. No entanto, é possível afirmar que os dados mais relevantes foram revelados em ocasiões em que a presença da pesquisadora, indistinta entre outras pessoas, ficou despercebida. Nestas situações conseguimos flagrar a real “*agência*” dos assessores na construção e representação das identidades políticas as quais eles se encontram engajados.

Levou-se em consideração para a definição desta metodologia as considerações de Geroge Marcus no livro *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX* ao nível mundial. Seguindo as instruções do autor (1991, p. 204), restringimos nossa pesquisa a construção da identidade do político somente no âmbito profissional isso porque “a identidade de alguém, ou de um grupo se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes.” Desta forma é imprescindível que a “dispersão da identidade em muitos lugares de natureza diversa seja apreendida”.

Vale lembrar que muitos fatores podem moldar e, por vezes, distorcer o processo pelo qual as pessoas moldam e interpretam suas impressões para dar sentido à realidade. No entanto, conforme já indicado, esse estudo se dedica a analisar algumas das características do processo de construção coletiva da identidade do político que afetam essas percepções. Embora outras variáveis do campo, como a contratação de agências de publicidade em épocas de campanha eleitoral, sejam importantes e tenham relação com os fenômenos abordados, não são objeto de análise dessa pesquisa.

Como já foi mencionado na introdução utilizaremos uma perspectiva que se aproxima da utilizada por Goffman em suas interpretações da vida cotidiana dos indivíduos. Para isto vamos tomar emprestado deste autor, algumas considerações e faremos adaptações necessárias para o campo da política. O termo equipe de representação será o mais assíduo, e talvez o mais significativo dentro do nosso campo de pesquisa. No entanto, existe uma leve alteração. Goffman (2002, p.78) afirma que utiliza o “termo ‘equipe de representação’ ou, abreviadamente, ‘equipe’, para me referir a qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular”, utilizaremos para referirmos a qualquer grupo de indivíduo que coopere e/ou atue na encenação da rotina de trabalho de um homem público. O campo desta pesquisa se limita a construção da imagem de um político na esfera pública. A vida pessoal, e sua construção social ou íntima estão fora do foco deste trabalho.

Para o alcance dos objetivos aqui propostos, é necessário apenas reconhecer que os indivíduos políticos constroem uma imagem semelhante à de uma “marca” e que esta precisa ser constantemente gerenciada por assessores. Como sugerem anteriores pesquisas empíricas, grande é o efeito de uma assessoria política na consolidação da imagem de um homem público. Esse estudo, porém, preocupa-se em analisar o processo que caracterizam a interferência dos assessores no comportamento e consequentemente imagem de um político.

1 NOÇÃO DE PESSOA

Nesse capítulo vamos procurar elucidar a noção de pessoa para a antropologia. Esta definição é importante para que possamos apresentar o conceito de “persona” que adotamos neste trabalho. O termo “persona política” irá nos acompanhar do início ao fim desta dissertação, de forma que, é imprescindível a compreensão das sutis discrepâncias entre a noção de pessoa, identidade, personalidade e persona.

Segundo Goffman (2002 p. 13) quando um indivíduo chega à presença de outros (virtual ou fisicamente) existe, em geral, alguma razão que o leva a atuar de forma a transmitir aos outros a impressão que lhe interessa marcar. O autor definiu essa comunicação realizada através de expressões em duas formas, as expressões dadas e as expressões emitidas. A primeira é verbal, a segunda é teatral (gestos e trejeitos) e pode ser proposital ou não. São essas duas formas juntamente com aparência e vestimentas que expressam normalmente a identidade de uma pessoa.

Para o presente trabalho se lavará em conta as duas formas, no entanto dentro delas se examinará aquilo que é proposital, pensado e estrategicamente idealizado pela equipe que assessora a personalidade política. Vamos analisar e discorrer sobre os momentos em que o indivíduo age (Goffman, 2002, p.15) “de maneira calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter.” Não obstante, o conceito de identidade seja vasto ele não suprimiu o juízo de personalidade que por sua vez, também é o que caracteriza um indivíduo. Neste trabalho vamos analisar procedimentos que marcam o personagem de um agente político de tal forma que o mesmo seja lembrado e reconhecido por essas marcas.

No entanto, a personalidade é outra esfera na qual não vamos nos aprofundar, por acreditar que assessores não agem sobre a personalidade do político, mas sim sobre sua “personificação”. O termo “ação” neste trabalho será muitas vezes substituído por “*agência*”, que significará ação do agente, seja ele o assessor ou o próprio político.

É importante salientar que além do conceito de identidade que consideramos já bem compreendido dentro do campo das ciências sociais, vamos buscar analisar a ideia da construção da pessoa na antropologia. Marcel Mauss, um cientista social francês que nos vai servir como base neste referencial teórico juntamente com Goffman, define os seguintes princípios básicos ao estudo da origem social da ideia de pessoa. A priori esse conceito seria uma categoria de nominação e diferenciação de outros seres do mundo, a ideia de pessoa não é congênita ao espírito humano, ela é uma produção social e como outras construções simbólicas da cultura dos povos, a ideia de pessoa tem uma história própria, dentro da história social da humanidade. Entretanto, em uma mesma época essa ideia difere de uma sociedade para outra, podendo não existir sequer em algumas (MAUSS, 1974, p. 209). E, de fato, segundo Mauss, nas sociedades do passado distante, mesmo quando já existiam civilizações socializadas, capazes de produzir sujeitos hábeis a agirem segundo os padrões de um grupo social, não havia ainda uma ideia que correspondesse ao que hoje em dia concebemos como “uma pessoa”. No começo havia um imaginário capaz de representar lugares sociais, personagens de tribos ou de rituais, porém a ideia de pessoa foi construída lenta e continuamente atingindo seu conceito real no momento em que o humano se reconhece como um ser representado em si mesmo.

Mauss (1974, p. 385), explica a origem da palavra *persona* que vem do latim “tudo indica que o sentido original da palavra fosse exclusivamente máscara. Naturalmente, a explicação dos etimologistas latinos-*persona* vindo de *per/sonare*”. *Pessoa* traduz igualmente o latim *persona*, *per sonare*, o que significaria a máscara que no teatro o personagem usa e através da qual ele se representa em atos e falas.

A indulgência de meus ouvintes e de meus leitores deverá ser grande, pois o assunto é realmente imenso e não poderei, nestes cinquenta e cinco minutos, senão vos dar uma idéia da maneira de estudá-lo. Trata-se de nada menos que de vos explicar como uma das categorias do espírito humano — uma dessas idéias que acreditamos inatas — lentamente surgiu e cresceu ao longo dos séculos e através de numerosas vicissitudes, de tal modo que ela ainda é, mesmo hoje, flutuante, delicada, preciosa, e passível de maior elaboração. É a idéia de “pessoa”, a idéia do Eu. (MAUSS, 1974, p. 369).

Ao começarmos a tratar sobre o conceito de construção da pessoa é importante salientar que, diferente da definição de alguns antropólogos, vai se trabalhar o conceito de indivíduo não como sendo só um ser biológico. Ao se referir a indivíduo vamos estar nos remetendo ao mesmo conceito adotado por Mauss (1974), o indivíduo pensado como uma unidade autônoma e soberana dotada de sentido próprio, ou seja, um indivíduo “valor” e não somente indivíduo “biológico

Como de lingüística, tampouco vos falarei de psicologia. Deixarei de lado tudo o que diz respeito ao "Eu", à personalidade consciente, como tal. Direi apenas: é evidente, sobretudo para nós, que nunca houve ser humano que não tenha tido o senso, não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal ao mesmo tempo. (MAUSS, 1974, p. 371).

Apesar de adotarmos a mesma concepção de Mauss sobre a ideia de pessoa, nosso enfoque será diferente. Se para o autor a personalidade consciente é secundária, para esta dissertação ela é fundamental. A evidência de que a pessoa de cada um de nós é uma lenta construção da sociedade sobre os seus membros, através de um trabalho de ensino aprendizagem de formatos de sentimento, pensamento e ação, é o que nos permitiu analisar as formas como um coletivo pode atuar sobre a concepção da pessoa de um político agindo e interferindo na construção de sua identidade perante os demais.

A concepção de identidade de Giddens vai nos auxiliar a compreender a ótica pela qual esta pesquisadora compreende a identidade do indivíduo moderno. A concepção do autor está exposta em sua obra, mais especificamente no livro Modernidade e identidade (2002). A fim de compreendê-la, é indispensável que se observe primeiro, o que o autor entende como **estruturação** e **reflexividade**, conceitos fundamentais dentro da sua teoria. A **estruturação** diz respeito à maneira com que as práticas dos indivíduos se tornam rotineiras e se distendem ao longo do tempo e do espaço em função da estrutura ser tanto um meio como um fim de tais práticas. Sendo assim, a estrutura é tanto coerciva quanto facilitadora, de forma que ela oferece ao indivíduo as normas e os recursos para realizarem suas ações. É dentro deste contexto que o autor concebe as ações individuais e coletivas. Deste modo, para Giddens, os indivíduos organizam suas práticas recursivamente - se

utilizando dos recursos que a própria estruturação organiza e oferece - e de forma **reflexiva**, através do monitoramento contínuo da rotina, o que para o autor faz parte da atividade cognitiva dos agentes na modernidade.

O autor também desenvolve uma concepção em torno do termo “auto-identidade”, que para ele é construída durante a trajetória ao longo da vida, por meio das mais diversas situações institucionalizadas. Trata-se de uma biografia organizada de forma reflexiva. Ela pressupõe a autoconsciência que seria a diferenciação entre o “eu” e o que “não sou eu”, este procedimento ocorre por dispositivos psicológicos (desde criança em suas primeiras relações). “A auto-identidade não é um traço distintivo, ou mesmo uma pluralidade de traços possuída pelo indivíduo. É o eu compreendido, reflexivamente pela pessoa, em termos de sua biografia” (GIDDENS, 2002, p. 54).

(...) quatro estruturas de vivência dialeticamente relacionadas: deslocamento e reencaixe: intersecção de estranhamento e familiaridade. Intimidade e impessoalidade: intersecção de confiança pessoal e laços impessoais. Perícia e reapropriação: a intersecção de sintomas abstratos e cognoscibilidade cotidiana. Privatismo e engajamento: a intersecção entre aceitação pragmática e ativismo. (GIDDENS, 2002, p. 140).

Anthony Giddens observa que a identidade não incide no comportamento individual, mas, sobretudo, na capacidade pessoal do indivíduo em constituir e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua própria história de vida. Esta narrativa pessoal, no entanto, contém uma contradição; é sólida para conferir segurança ao indivíduo e frágil à medida que pode sofrer interferências e a partir daí constituir outra identidade. Giddens utiliza o exemplo de um “diário secreto”, em que o agente pode ser absolutamente honesto consigo mesmo, e, para o autor, isso é necessário para a produção de seu próprio crescimento. O autor reforça que a autobiografia é um meio de correção do passado que o próprio agente, e apenas ele, é capaz de realizar. Desta forma, é que se planeja e, em algumas vezes, projeta o futuro. O exercício de escrever e narrar faz com que o indivíduo reconstrua, reveja e refaça sua história como gostaria que fosse. Novos diálogos, sentimentos e ações são reintroduzidos na narrativa da sua vida.

A narrativa dos agentes políticos aqui analisados foi fundamental para compreender sua identidade atual. Confirmamos por meio do conceito de Giddens que estes indivíduos agem de forma reflexiva para sublinhar as marcas com as quais querem que sejam identificados. Essas marcas, por sua vez, se encontram em algum lugar do que consideram sua biografia real.

Para alguns autores tais como, Levi-Strauss, citado por Bauman: “A identidade é uma espécie de lar virtual ao qual nos é indispensável referirmo-nos para explicar um número de coisas, sem que jamais tenha existência real.” (BAUMAN, 2005, p. 55). O conceito de identidade se relaciona, assim, com a maneira com que os homens interagem com o mundo. Esse instrumento de interação, no entanto, é uma construção humana em relação com uma estrutura exterior. Contudo, essa abordagem valoriza a forma como os indivíduos se relacionam com as estruturas sociais, sem dar o peso de valor necessário à “agência” dos indivíduos. Optamos, por meio da pesquisa, confiar que a “agência” do indivíduo – nos dias de hoje – merece especial atenção no que diz respeito à identidade de uma pessoa.

Giddens ressalta as carências das abordagens que conceituam a estrutura como exterior à ação humana, como se esta agisse como uma fonte de restrições à iniciativa de sujeitos supostamente já constituídos: “Sistemas sociais não possuem propósitos, razões ou necessidades; apenas indivíduos humanos possuem-nos.” (2003, p. 7). Contrapondo-se à característica definição de “estrutura”, o autor afirma que a definição oferecida pelas diversas correntes estruturalistas e pós-estruturalistas é deficiente, pois concebe as estruturas como ordens ou sistemas “virtuais” invisíveis com propriedades recursivas continuamente atualizadas na conduta dos agentes. Essa percepção de Giddens sobre o conceito de estrutura será essencial para que o autor elabore sua abordagem a respeito da construção da identidade, levando em consideração, entre outros fatores, o poder da “agência” dos indivíduos.

Durante a pesquisa etnográfica percebemos, com clareza, o peso do valor da “agência” sobre as trajetórias dos indivíduos na sociedade. Dentro do campo da

política muitos parâmetros são pré-determinados, mas na nossa concepção o indivíduo tem capacidade de reescrever sua trajetória individual agindo e construindo os parâmetros assim como os parâmetros balizam sua trajetória. Esse esforço de compreender a concepção da identidade torna-se relevante por tentar responder a uma das grandes questões de teoria social — “o problema da ação e estrutura”. De acordo com Giddens a estrutura e o passado de cada indivíduo seriam os elementos essenciais na criação da sua trajetória, e é essa trajetória que é explorada pela identidade de uma pessoa.

Giddens também reconhece que, embora todos sejamos atores intencionais e possuamos bastante conhecimento a respeito dos contextos sociais em que atuamos, o raio de alcance dos efeitos de nossas ações escapa, a todo o momento, às intenções e finalidades explícitas ou subentendidas que as induziram, causando também condições reconhecidas ou não-reconhecidas de novas ações em um processo que é contínuo. O conceito de pessoa que este trabalho adota não despreza a estrutura social, no entanto focamos no poder da “agência” do indivíduo sobre sua identidade, e, principalmente, de terceiros na representação e construção da identidade do indivíduo.

Apesar de este trabalho priorizar a interferência do outro sobre a nossa pessoa, não se vai desprezar a estrutura política que age sobre o agente político, nem também desconsiderar que a ação humana é estruturante. Vamos considerar essa relação como uma via de mão dupla, “acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu.” (GEERTZ, 2008, p. 15).

Tal como Geertz (2008) no livro - A Interpretação das Culturas – que consegue definir o indivíduo de Bali em algumas categorias “em Bali há seis tipos de rótulos que uma pessoa pode aplicar a outra a fim de identificá-la” (p. 154). Acreditamos que¹ dentro da estrutura do campo da política alguns rótulos são

¹ Esta análise é baseada na experiência de campo as classificações dos cinco rótulos devem ser lidas como tendo afixada a elas a qualificação implícita “até onde vai meu conhecimento”.

comuns a definição de pessoa, e dizem muito sobre o indivíduo que ali habita. Poderíamos definir estes rótulos em cinco, **partido, cargo, posição, sexo e história**. O **partido** é a sigla partidária ao qual esta pessoa política está filiada, no entanto, isto requer uma série de outras definições, uma vez que é suposto que partidos carreguem ideologias que seus filiados compartilham. O **cargo** é seu posto, ou seja, se é vereador, prefeito, deputado, senador, governador ou presidente e ainda se é um líder no momento sem mandato. **Posição** são as bandeiras que este indivíduo carrega, melhor dizendo, as causas pelas quais luta, é comum um político ser conhecido pelo seu olhar mais atencioso a questão dos “sem terra”, ou a área da saúde, direito humanos, educação, agricultura, municipalismo, produção de empregos entre outros. Ainda na categoria “posição” está o “discurso”, pois este é intrínseco a questão da causa pela qual este indivíduo luta. **Sexo**, na política, assim como em outras áreas, existe uma grande distinção entre homens e mulheres. E por fim a **história**, são valiosos para o currículo de um político os cargos que este já ocupou, sendo como político eleito, ou como secretário e/ou ministro convidado, estas informações carregam a pessoa política de valores considerados muito importantes nesse território.

É evidente que essas qualificações são genéricas e possíveis de desmembramentos entre elas, contudo, do que se leu e observou até aqui, acreditamos que são estes os rótulos com maior peso de valores na consolidação de uma primeira imagem da pessoa política. Vamos despender especial atenção à questão do partido.

No Brasil, segundo as normas do Tribunal Superior Eleitoral, a filiação partidária é pressuposto para que um cidadão tenha oficializada sua candidatura a um cargo público. Desta forma, não existe político brasileiro que não carregue consigo a marca de uma sigla partidária. Atores políticos agem dentro do contexto de um partido e são classificados e representados pelo mesmo. Mas afinal, o que é um partido? E qual o peso deste na imagem de um homem público?

Segundo Cross e Katz (2013, p. 220), no livro *Comparative Politics*, “Pelo menos desde o início do século XX, as organizações que se identificaram como

‘partidos políticos’ estão entre os atores centrais na política.” Dada a importância do partido e sua onipresença em todo sistema democrático brasileiro “pode-se pensar que a definição de partido político seria simples, mas muito pelo contrário é verdadeiro.” Cross e Katz explicam que os partidos são tão diferentes em ideologia, organização, comportamento e relevância que classificá-los torna-se uma árdua tarefa.

Alguns pesquisadores lançaram luz recentemente para questão do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros. No entanto, existem muitas dificuldades no método de classificação destes partidos. Apesar de este não ser o mote deste artigo, o fato da classificação ideológica de um partido estar imersa em um arsenal de questionamentos nos faz pensar que; se um partido sozinho é tão controverso na sua categorização, como será mensurar o peso destas “antagônicas” siglas na imagem de um parlamentar?

A political party in the modern sense may be thought of as a relatively durable social formation which seeks offices or power in government, exhibits a structure or organization which links leaders at the centers of government to a significant popular following in the political arena and its local enclaves, and generates in group perspectives or at least symbols of identification or loyalty. (CARAMANI, 2013, p. 221).

Desconsiderando a busca pelo poder, e levando em consideração somente a última parte, onde Chambers ressalta que um partido gera “*at least symbols of identification or loyalty*”, percebemos que as estruturas ‘identitárias’ que uma sigla partidária marca em seus filiados, são estruturas criadas primeiramente dentro do próprio partido e que posteriormente (através de ações, pronunciamentos, coligações) são externadas. É possível perceber alguns pontos comuns entre políticos de um mesmo partido, no entanto, classificá-los de forma a estarem todos coerentes a ideologia da sigla, é impraticável tanto para um pesquisador do tema, quanto mais para o eleitor brasileiro.

Lamentavelmente o que percebemos hoje no Brasil (e em diversos outros países que não são o foco desta pesquisa), é que a busca por estar no poder tende a anular as ideologias partidárias. Ou seja, um partido é capaz de unir forças (coligar) com outro visando apenas alcançar o poder, sem levar em considerações

divergências evidentes entre ambas as ideologias partidárias. São ações como essas que dificultam a identificação de um partido e, concomitantemente, a definição das marcas que um partido ‘aplica’ sobre um político. No entanto, apesar de algumas vezes prejudicada, a ideologia partidária existe e é de extrema importância para uma democracia saudável. São inúmeras as formas com as quais o partido atua sobre a identidade de um político. No legislativo, por exemplo, os representantes de um partido precisam trabalhar em equipe, votar contra ou a favor dos mesmos projetos. Uma vez que o sentido de um partido é unir forças para ganhar maior representatividade, fragmentar essa força uma vez que se está no poder, seria no mínimo contraproducente. O que acreditamos é que de forma consciente ou inconsciente o político carrega na sua imagem a marca do partido, e o eleitor por sua vez consciente ou inconsciente recebe sinais passíveis de categorizações.

Contudo, é importante salientar que implícito aos cinco rótulos acima citados existe uma série de vertentes que permitem uma margem de manobra a cada indivíduo, pois apesar pertencer a um partido e compartilhar dos ideais desta organização, um político pode se sobressair por “bandeiras” próprias e causas as quais o mesmo se engaja individualmente. A sua individualidade pode ganhar autonomia, uma vez que o gerenciamento da imagem se democratizou com as novas tecnologias e a gama de veículos de informação.

Como foi dito anteriormente na introdução, os meios de comunicação de massa e a democratização da informação tendem a elevar ao ápice a importância da imagem de um homem público. No capítulo três e quatro vamos observar situações em que um simples gesto de uma personalidade pode, em segundos, virar uma grande polêmica no universo on-line e posteriormente no mundo off-line. Por esta razão, políticos estão cada vez mais cuidadosos e calculistas nas formas de se expressar.

É na manobra diária de representar o papel de um homem público, honesto, responsável e fiel as suas bandeiras que a assessoria de um político se concentra. No entanto, dentro desta conjuntura um político veste diariamente diversas

máscaras, o que não significa, necessariamente, falsear sua identidade. O próprio Goffman (2002) chega à conclusão que as máscaras que vestimos no nosso dia-a-dia podem na realidade ser a mais verdadeira representação do nosso eu. Afinal são elas que formam a concepção que temos de nós, bem como a que transmitimos para os outros. A forma como encenamos cada papel proposto pela sociedade atual é parte integrante da nossa personalidade.

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra 'pessoa', em sua concepção primeira, queria dizer máscara. Mas, antes o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel (...). É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos. (PARK apud GOFFMAN, 2002, p. 27).

Mauss e Goffman possuem esta percepção comum, para ambos o teatro da vida constrói personagens (indivíduos), que vestem diariamente diversas máscaras (identidades) afim de - em graus diferentes de consciência – representarem os papéis 'impostos' pela sociedade.

De uma simples mascarada à máscara; de um personagem a uma pessoa, a um nome, a um indivíduo; deste a um ser com valor metafísico e moral; de uma consciência moral a um ser sagrado; deste a uma forma fundamental do pensamento e da ação; foi assim que o percurso se realizou. Quem sabe quais serão ainda os progressos do Entendimento sobre esse ponto? Que luzes projetarão sobre esses recentes problemas a psicologia e a sociologia, já avançadas, mas que devem se desenvolver ainda mais? Quem pode mesmo dizer que essa "categoria", que todos aqui acreditamos estabelecida, será sempre reconhecida como tal? (MAUSS, 1974, p. 397).

1.1 Nasce a pessoa

O fato é que para além do conceito de identidade, personalidade e personagem, nós estaremos, sobretudo, imersos na questão da noção de pessoa. É importante compreender que anterior ao conceito de identidade existe a concepção da noção de pessoa. Antes mesmo de sermos indivíduos dotados de identidade e personalidade, somos indivíduos inseridos em uma sociedade que possui padrões prévios a nossa própria existência. Para compreender a construção da nossa máscara social é preciso primeiramente observar como consolidamos a nós mesmos como seres sociais.

Mas porque é importante entender a construção da pessoa? A sociedade age através de nomes e ideias sobre os indivíduos. DaMatta (1979) confirmou isso ao descrever o fenômeno do “Você sabe com quem está falando?”. O social exige uma apresentação, você “deve” ser uma pessoa e a sua pessoa deve ser condizente com seus atos e aparência. A sua pessoa deve ser bem representada por seus personagens.

A própria palavra pessoa é grega e é latina. Entre os gregos é máscara, persona, uma figura de madeira que viaja no mastro da proa dos barcos. Mais tarde torna-se o personagem que cada indivíduo é, ou aspira ser. Mais tarde ainda, significa a personalidade humana, também divina – o indivíduo deste mundo ou dos celestes em sua própria natureza íntima: **personagem de si mesmo**. Pessoa traduz igualmente o latim persona, per sonare, a máscara que no teatro ritual o personagem usa e através do cujo orifício sai o som de sua fala”. (BRANDÃO, 1985, p. 11) (grifo nosso).

É esta ideia que deve nos acompanhar ao longo destas páginas, ao nos referirmos a persona política, não estamos nos referindo a um homem que é pai, esposo, filho entre tantas outras atribuições, mas, sim, a máscara social utilizada por um indivíduo durante sua representação enquanto persona política. Estamos aqui analisando a construção coletiva de um personagem de si mesmo. Este subcapítulo visa elucidar esta questão ao expor de forma breve a noção de pessoa e, segundo Carlos Rodrigues Brandão (1985, p.2), “nada mais justo, portanto que começar por compreender como no mundo do homem são construídas as ideias que fazem dos homens pessoas de seus mundos.” Assim:

A noção de pessoa pode então ser sumariamente caracterizada como uma vertente coletiva da individualidade, uma máscara que é colocada em cima do indivíduo ou entidade individualizada (linhagem, clã, família, metade, clube, associação, etc) que, desse modo, se transforma em ser social. Quando a sociedade atribui máscaras a elementos que ela deseja incorporar no seu bojo, o faz por meio de rituais, penetrando, por assim dizer, essa coisa que deve ser convertida em algo que antes era empiricamente dado (algo natural) como uma criança, uma árvore, um pedaço de pedra, uma casa recém construída, para elaborar uma relação essencial, ideologicamente marcada. É essa operação que faz o elemento tornar-se pessoa ou ser social. Nas sociedades tribais, por exemplo, a transformação da criança em pessoa implica numa série de etapas ritualmente marcadas, envolvendo quase sempre a ação física: perfuração das orelhas, dos lábios, do septo nasal etc. É como se a totalidade estivesse penetrando o elemento individualizado, para, no momento mesmo dessa penetração, liquidar de vez com seu espaço interno incorporando-o definitivamente na coletividade e na totalidade.” (DAMATTA, 1979, p. 173).

Mesmo que o conceito de DaMatta tenha sido desenvolvido em cima de um ideal de pessoa do tipo “qualquer pessoa” ele faz muito sentido ao analisarmos o ritual de construção de uma pessoa política. A pessoa com intenção política atravessa um ritual no qual ela é impelida a adaptar-se a um grupo – que pode ser visto primeiramente, como o partido ao qual opta incorporar-, no entanto durante toda a carreira de um político o agente e seus assessores carregam a máscara da individualidade deste indivíduo, ela define e norteia muitas de suas posições. Essa máscara formada por diversos fatores, tais como, “*linhagem, clã, família, metade, clube, associação*” juntamente com as ações adotadas por agentes e assessores é que edifica a personalidade política.

Brandão (1985) afirma que seguindo a concepção de Marcel Mauss o juízo de pessoa, assim como tudo o que envolve o pensar do homem sobre suas relações, não é natural, instintiva ou universal, mas sim uma continua construção social. E sendo assim sua amplitude e seu sentido de liberdade, individualidade, bem como suas características e rótulos, varia de sociedade para sociedade, de época para época, na história de uma mesma humanidade. O ponto em comum é o fato de que essa ideia nasce e cresce no solo das representações empíricas do ser humano enquanto indivíduo que vive e convive em coletivos.

(...) ela é uma construção cultural e a amplitude de seu sentido de liberdade - individualidade - universalidade varia de sociedade para sociedade, de época para época na história de uma mesma sociedade. **Em qualquer uma delas, no entanto ela nasce e cresce no solo fértil das representações empíricas do ser humano enquanto inserido no grupo.** (BRANDÃO, 1985, p. 20). (grifo nosso).

A pessoa é essencialmente uma estrutura social e surge da experiência social. Estamos pesquisando o surgimento da pessoa do político através de um prisma que é a construção coletiva deste indivíduo. Esta abordagem não é completa e não circunda por inteiro a edificação da persona política, no entanto, ela é um recorte de uma forma diferente de abordar a construção da pessoa. É a construção de uma persona política através de vários agentes. Inserido neste contexto existe um processo onde um pode tornar-se muitos, bem como muitos podem vir a

representar um só. Vamos abordar como este processo se dá dentro da noção de pessoa.

Na teoria antropológica da possessão de Márcio Goldman (1987), possessão significa a incorporação de um indivíduo físico encarnando-se como outro indivíduo de forma espiritual. Este contexto de fato não se relaciona com o nosso campo, no entanto, Goldman ressalta pontos importantes sobre a noção de pessoa, pontos esses que são passíveis de transferência para o contexto deste trabalho.

Segundo o pesquisador, o possuído (na religião) é, evidentemente, um ser unitário e, no entanto, de modo paradoxal, ele é mais do que um. Poderíamos definir que deixar-se possuir, isto é alienar-se, constitui o que ele define como obsessão, categoria que utiliza para classificar a experiência do aniquilamento da individualidade, ou seja, do livre arbítrio, que defini, segundo o autor, o ser humano. Transferindo para o contexto da representação do outro na política podemos observar que a representação de um político pode em determinados momentos e situações configurar uma obsessão. Neste caso o assessor ao representar o político aniquila a própria individualidade agindo e se portando como faria o representado.

Presenciamos isto de fato, assessores que agiam de forma leve e descontraída dentro do universo do gabinete parlamentar, e que uma vez fora desta estrutura e agindo em nome do Deputado agiam de forma séria e enrijecida. Tal comportamento nos remeteu a DaMatta (1979) ao discorrer sobre o fenômeno que denominou de: “Você sabe com quem esta falando?”. O autor exemplifica como, no Brasil, é comum e imperceptível o “empréstimo” do nome de um indivíduo importante para incorporar valor a outro indivíduo que não seria socialmente tão valorizado. Segundo o pesquisador o indivíduo na tentativa de se firmar como “alguém” se utiliza deste questionamento para defender sua posição social.

E realmente, os casos do ‘Você sabe com quem esta falando?’ já estudados parecem indicar que o uso do rito de autoridade expressa uma tentativa de transformação drástica, do universo da universalidade legal para o mundo das relações concretas. (DAMATTA, 1979, p. 199).

Durante a pesquisa etnográfica foi possível observar que o assessor é um agente que utiliza a apropriação da identidade alheia em diversas situações. Situações reais e virtuais, a segunda vai-se elucidar no quarto capítulo.

Antes de contextualizar identidade na modernidade vamos elucidar um dos conceitos que elegemos para nortear este trabalho. Alguns autores divergem a respeito do conceito de identidade, para uma minoria identidade seria apenas um nome, gênero ou raça. Para a outra parte identidade seria algo muito mais abrangente que abarca em sua definição também a personalidade. Vamos trabalhar com essa segunda linha. A definição que optamos se aproxima do conceito de sociólogos como Zygmunt Bauman (2005), onde identidade é definida como algo moldável pela maneira com que o indivíduo age, as experiências pelas quais passa e as decisões que toma. Não é, portanto algo sólido ou inalterável. Nosso conceito de identidade – como não poderia ser diferente – dialoga com a definição da ideia de pessoa que abordamos anteriormente.

Estaremos de acordo com Mauss (1974), no sentido de que a imagem é uma representação da identidade. Este trabalho não entrou no mérito de se é a imagem que estrutura a identidade, ou se é a identidade que monta a imagem de uma pessoa, este conceito nos exigiria um novo capítulo. De fato o que nos vale é que imagem e identidade dialogam e se influenciam mutuamente. As características físicas de uma pessoa possuem relação direta com a identidade que ela constrói, no entanto, esta identidade permite alterações e caracterizações que agem sobre esta imagem (biológica). Seria o que Mauss (1974, p. 228) define como “Máscaras e pinturas com as quais os atores se enfeitam, conforme o nome que apresentam”.

De acordo com Stuart Hall (2006 p. 12), “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.” Segundo o autor esse processo produz o sujeito pós-moderno, um indivíduo que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se então algo móvel e moldável, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou

interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Identidade na concepção que adotamos é definida historicamente, e não biologicamente, de forma muito mais comportamental do que espacial, étnica, linguística, etc..

Essa transformação do indivíduo pós-moderno é o que nos faz acreditar que não é mais possível ter como base o conceito de identidade como algo simples que se resume apenas a uma identificação ou uma imagem. A globalização através dos meios de comunicação abriu questões que transformaram para sempre a definição do termo identidade. Segundo o professor de sociologia John Thompson no livro – A mídia e a modernidade – a partir desse momento os indivíduos passaram a depender mais de si mesmos para constituírem sua própria identidade. Assim:

(...) o processo de autoformação tornou-se mais reflexivo e aberto, no sentido de que os indivíduos recorrem cada vez mais aos próprios recursos e ao conteúdo simbólico transmitido pela mídia para chegarem a identidades coerentes para si mesmos. (THOMPSON, 2008, p.160).

É por avaliar que este fenômeno atingiu de forma extremamente relevante os “padrões identitários” e pelo recorte temporal deste trabalho que consideramos necessárias ponderações a respeito da globalização dentro do contexto aqui pesquisado:

Globalização pode não ser uma palavra particularmente atraente ou elegante, absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas pode ignorá-la. Viajo muito para falar no exterior. Não estive em um único país recentemente em que a globalização não esteja sendo intensamente discutida. Na França, a palavra é *mondialisation*. Na Espanha e na América Latina, *globalización*. Os alemães dizem *Globalisierung*. (GIDDENS, 2003, p. 18).

Com o impacto do fenômeno da globalização as identidades culturais nacionais e locais começaram a perder a força. Segundo Stuart Hall (2006), este fenômeno fez com que a idéia original de “sociedade”, que até então supunha uma estrutura com limites geográficos, comece a sofrer mutações. A partir da década de 80, até a popularização da internet nos anos 90, o processo de mutação do conceito de “sociedade” se intensifica, em função do aumento significativo da velocidade do processo de globalização. As relações entre nações ficam mais estreitas, principalmente em função do aprimoramento dos meios de comunicação, e, como

consequência, ocorre o que Hall (2006) define como a desintegração das identidades nacionais, a solidificação de certas identidades nacionais/ locais resistentes à globalização e o surgimento de novas identidades. Hall (2006) afirma que este é um processo que alterou para sempre as identidades de todas as nações.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente” (HALL, 2006, p. 75). Essa liberdade proporciona a cada indivíduo maior autonomia sobre sua própria identidade e, os sistemas de comunicação, maior visibilidade a personalidades.

É neste momento que Zygmunt Bauman (2005) considera que indivíduos perdem suas “âncoras sociais” e começam a buscar, incessantemente, novas formas de identificação. Isso resulta, entre outras coisas, em um grande intercâmbio cultural entre identidades nacionais, que influencia os mais diversos setores das mais diversas sociedades do mundo. É exatamente para esse ponto que converge a teoria de John Thompson (2008), que defende a ideia de que a história da humanidade traz como característica predominante às interações sociais de caráter face-a-face. O relacionamento entre os indivíduos era feito na aproximação e na troca de formas simbólicas, o que, segundo o autor, limitava o alcance geográfico das tradições de determinadas sociedades.

No momento em que essas barreiras geográficas são vencidas o indivíduo se torna mais livre para escolher suas identificações, e os sistemas de comunicações – para figuras públicas – servem também como um aparelho disseminador de sinais que possibilita ao leitor, ouvinte ou espectador classificar as identidades de uma personalidade. Figuras políticas atentas a esse processo começam a refletir mais a respeito de “maiores cuidados” com aquilo que vamos definir como imagem pessoal.

A globalização provoca um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da "sociedade" como um sistema bem delimitado. Este fenômeno social exigiu que a sociologia estudasse uma nova perspectiva. Esta inovação da sociedade "se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço." (GIDDENS, 2002, p. 64). Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais. Uma vez que o espaço e o tempo se tornam discutíveis, é possível ver, saber e dialogar com imagens, pessoas e dados das culturas mais distantes em instantes.

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela "presença"-- por uma atividade localizada... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão "ausentes", distantes (em termos de local), de qualquer interação face a face. Nas condições da modernidade..., os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 2002, p. 28).

Os lugares permanecem fixos e é neles que possuímos "raízes". No entanto, o espaço pode ser atravessado num piscar de olhos - seja pela tecnologia da comunicação, seja pelos meios de transportes -. Harvey chama isso de "destruição do espaço através do tempo" (2002, p. 205).

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia "global" de telecomunicações e uma "espaçonave planetária" de interdependências econômicas e ecológicas — para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas — e na medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais (HARVEY, 1989, p. 240).

Apesar de importante, não vamos nos deter nas consequências da globalização para as identidades atuais por conceituar que estas são notáveis e sabidas, notemos que a globalização não é um fenômeno tão recente: "A

modernidade é inerentemente globalizante." (GIDDENS, 2002, p. 63). O que é importa reter para nosso argumento, quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço tornam-se as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.

1.2 Identidade e representação

O que é *ser* pessoa? O que é *ter* uma pessoa? Sob que condições, uma sociedade constrói as suas pessoas como categorias de sujeitos postos em relações uns com os outros? Que idéia de pessoa uma cultura elabora e consagra? Eis apenas algumas entre as muitas perguntas que os cientistas sociais têm feito para explicar o sentido subjacente aos nomes, sujeitos, estruturas e trocas sociais e relações de poder que nos esperam neste estudo, daqui em diante. (MAUSS, 1974, p. 372).

Cientistas sociais, com diversas concepções, têm se esforçando para explicar a representação de nós mesmos. Esta dissertação definiu que somos sujeitos encenando uma personalidade que é a imagem que queremos passar para os outros. No entanto este subcapítulo consiste em explicar uma nova categoria de representação que emergiu junto com a modernidade. Esta categoria consiste na representação não de nós mesmos, mas na representação do outro, na capacidade do individuo moderno de se fazer passar por outra pessoa de forma aberta ou oculta.

Somos seres individuais dotados de características físicas e emocionais que são capazes de se identificar como sendo um indivíduo diferente do outro. No entanto, dentro do campo que estamos analisando um individuo pode anular temporariamente suas características, em prol de melhor representar o político para qual este indivíduo trabalha.

A evidência de que a pessoa de cada um de nós é uma lenta construção da sociedade sobre os seus membros, através de um trabalho de ensino-aprendizagem de formas de sentimento, pensamento e ação, é o que permitiu a um dos cientistas sociais que pensou mais profunda e criativamente sobre a questão, concluir que o sujeito transformado em pessoa é, ele mesmo, uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive. (MAUSS, 1974, p. 369).

Na introdução argumentou-se que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Representação nesta dissertação possui seu significado mais literal, representar a si próprio significará bancar a imagem que está se querendo passar, e representar outra pessoa denotará se passar por ela, ou agir em seu nome. São com esses dois tipos de representação que iremos trabalhar, denominando-os de representação própria e representação do outro.

Já falamos sobre a questão da representação própria ao nos referirmos ao conceito de Goffman (1980) de que estamos todos, a todo o momento – em maior ou menor estágio de consciência – representando um papel.

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele, e que de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. (GOFFMAN, 2002, p. 25).

Levando em consideração que um cidadão, pelas mais diversas motivações, busca geralmente passar uma boa impressão de si próprio para os outros – esta parece ser uma regra geral – é elementar que em um regime político de democracia a pessoa do político esteja constantemente intencionada em passar um bom juízo de sua imagem para ‘todos’. É preciso levar em conta que a globalização multiplicou as alternativas de escolhas entre os eleitores e estreitou a disputa entre os mais diversos candidatos. Explico: No passado não muito distante a escolha do voto era fundamentada basicamente no fator local, em função de que era difícil conhecer e saber os projetos de um candidato geograficamente distante. A televisão e o rádio foram precursores da mudança deste panorama. Atualmente é comum o eleitor optar por candidatos a deputado de regiões diversas por identificação com projetos ou setor de atuação. O Deputado Federal que analisamos tem forte inserção no meio virtual, e sua votação no último pleito alcançou todas as regiões do estado, inclusive localidades que o político nunca esteve.

Com o território eleitoral alargado, o político precisou se “multiplicar” para alcançar o máximo de eleitores. O que observamos é que um deputado hoje conta com uma forte estrutura de representação, que começa na figura do seu chefe de

gabinete, este é o assessor, que na falta do político responde por ele, é este mesmo agente que representa o político nos compromissos mais importantes que o titular não pode comparecer. Tal qual a escolha de um funcionário para uma empresa, a escolha do chefe de gabinete, também é muito estratégica. Percebemos nos três casos que analisamos mais profundamente, e nos diversos em que praticamos observação participante, que o chefe de gabinete é muito semelhante ao político, na forma de atuar, em alguns casos a semelhança física é evidente. Tal observação encontra eco nas considerações de Goffman (2002). Este autor exemplificou dizendo que empresas procuram jovens de boa educação, aparência e dicção para representá-los em locais como recepção, a fim de passar uma boa impressão da empresa. É compreensível que políticos selecionem seus principais representantes levando em consideração a imagem que querem passar de si próprios.

Assim como Goffman (2002) estamos tratando de representação não só no caráter pessoal, queremos mostrar que a tarefa de representar alguém, muitas vezes anula a identidade do representante e destaca a identidade do representado. Nas palavras do autor, “acontece frequentemente que a representação sirva principalmente para expressar características da tarefa que é representada e não as do autor.” (GOFFMAN 2002, p. 76).

Também Roberto DaMatta (1979) descreve o processo de apropriação da identidade de um indivíduo pelo seu subordinado.

(...) o subordinado tomando a projeção social do seu chefe, patrão ou empregador, como uma capa de sua própria posição. Desse modo, são fartos os exemplos do empregado usando o ritual de afastamento do seguinte modo ‘sabe com quem está falando? Eu sou o motorista do ministro! (DAMATTA, 1979, p. 154).

A concepção de DaMatta abarca outro aspecto da representação do outro, o autor esta falando sobre o ganho de valor ao se utilizar do “status” do seu chefe para legitimar o seu próprio status. Sabe-se que no campo da assessoria política on-line, os eleitores de ciberespaço preferem uma resposta concebida pelo próprio político a

uma reposta da sua assessoria, e, sendo assim, diagnosticamos na pesquisa etnográfica uma prática de representação (oculta) do outro, executada pelos assessores com o aval dos políticos.

O Deputado Federal Informante tem forte inserção no meio virtual, e sua votação no último pleito alcançou todas as regiões do seu estado, inclusive localidades que o político nunca esteve. Ele garante estar diariamente conectado aos seus e-mails e redes sociais, mas assume que não consegue responder a toda demanda, por isso autorizou três assessores a replicarem em seu nome felicitações de aniversários e os considerados agradecimentos e respostas simples. Todo o resto deve ser escrito em nome de equipe de apoio ou pelo próprio Deputado.

No campo da assessoria política, a internet possibilitou esta prática - que alguns poderiam considerar eticamente questionável - um assessor hoje pode representar seu chefe, podendo até mesmo fazer-se passar pela pessoa em *chats* e redes sociais. Esse será um assunto discutido e no quarto capítulo. O que aqui queremos salientar é que a relação entre essas, digamos, “entidades” (pessoas, máquinas e ideias) são, na verdade, o que constituem as atividades humanas. O uso que se faz da técnica parte dessa relação, ou nas palavras de Pierre Lévy (1999, p. 24): “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade.” A máquina por si só não tem interesses, mas atende a interesses de alguém.

Sherry Turkle no livro *Encontros com a Elite Digital* (1997) de John Brockman transcorre, entre outros aspectos, sobre a questão da identidade na relação virtual. Porém, em um primeiro momento o que tínhamos era uma pessoa assumindo diferentes identidades. O que temos agora, especialmente no campo da política e das celebridades é a possibilidade de várias pessoas (assessores) assumirem uma única identidade (personalidade política). É compreensível que um parlamentar, prefeito, governador ou até presidente não possuam tempo para acessar e responder todas as demandas enviadas via internet através de suas redes sociais e

emails, no entanto, são, ainda, carentes de análises as formas como essas representações se produzem.

Durante a pesquisa etnográfica foi possível perceber semelhança nos padrões utilizados pelo grupo de entrevistados, bem como pelos observados na observação participante. Vamos aprofundar as técnicas utilizadas no quarto capítulo. O que importa, neste momento, é salientar que o ciberespaço, é, na nossa concepção, o maior campo de atuação de representação do outro dentro da esfera política. De acordo com os nossos levantamentos 100% dos políticos analisados permitem que uma terceira pessoa o represente no universo virtual, e que em casos específicos assine com o seu nome. Este dado confirma a nossa hipótese de que assessores são elementos fundamentais e de extrema importância na construção da identidade do sujeito virtual.

Mas para não deixar que um assunto tão complexo e ao mesmo tempo tão atual fique perdido entre teorias e suposições, vamos expor nos próximos capítulos os próprios atores do drama que aqui nos propomos, não a desvendar, mas apenas analisar. Vamos daqui para frente confrontar conhecimento teórico com dados etnográficos.

2 COMPORTAMENTO DE PALCO E DE BASTIDORES

(...) quando um indivíduo se apresenta diante de outros, terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação. Este trabalho trata de algumas das técnicas comuns que as pessoas empregam para manter tais impressões, bem como de algumas das contingências habituais associadas a seu emprego. (GOFFMAN, 2002, p. 23).

Assim como o trabalho de Goffman, esta pesquisa se propõe a analisar as técnicas comuns que as pessoas, e neste caso especificamente os políticos e seus assessores, utilizam para construir e manter as impressões desejadas. O diferencial é que vamos analisar estas técnicas sendo pensadas e elaboradas por um conjunto (os assessores) e executadas em nome de uma única pessoa (o político).

O que estamos a analisar aqui é, se a influência da assessoria de imprensa nos “bastidores” interfere, e com que importância, no comportamento de “palco” das autoridades aqui pesquisadas. O termo “bastidores”, como foi mencionado anteriormente, significa todo e qualquer local ou situação em que o político reuniu-se com um ou mais integrantes da sua assessoria para discutir sobre, postura, fala, posicionamento, voto, enfim sobre o comportamento geral que irá assumir. E o termo “palco” elucida as situações em que esse político se expõe ao público, (comícios, programas de rádio e de TV, manifestações nas redes sociais) ou para mídia impressa, entre tantas outras situações.

Outro termo que vamos tomar emprestado de Goffman (2002) é a “platéia” que consiste em todas as pessoas de fora que estão presentes assistindo a representação. No campo da política a platéia pode ser definida como eleitores. Dentro desta arena é possível afirmar que ações e representações, quase sempre, carregam consigo de pano de fundo a intenção de se promover com a finalidade de angariar votos.

A pesquisa etnográfica nos permitiu perceber o comportamento dos políticos e dos assessores durante o processo de construção da persona política. No período que permanecemos imersos nos gabinetes foi possível verificar claramente a diferença dos políticos e dos membros da sua equipe quando estavam a sós e

quando se aproximava uma pessoa de fora. Inclusive o trato pessoal entre os colegas de trabalho se tornava diferente. Este ritual de transformação é analisado por muitos pesquisadores em diversos contextos, e inclusive já foi mencionada por Goffman (2002) na situação comercial:

Quando pessoas de fora estão presentes, o toque de formalismo comercial é ainda mais importante. O senhor pode chamar sua secretária de Márcia ou seu sócio de João todo dia, mas quando um estranho vem ao seu escritório, o senhor deve tratar seus auxiliares do mesmo modo como gostaria que os estranhos se dirigissem a eles. (GOFFMAN, 2002, p. 78).

Não raro um subordinado se direciona ao parlamentar para o qual trabalha chamando-o pelo nome, no entanto, na frente da plateia o assessor sempre trata o parlamentar por Deputado X. A formalidade e o respeito são princípios inegociáveis nas repartições públicas em que atuam parlamentares e suas equipes. Os deputados que acompanhamos dispõem de motoristas, que os conduzem em viagens dentro do estado. Esse assessor passa horas e horas dentro de um carro, divide quarto de hotel com o político, essa proximidade nos revelou que o motorista é também um amigo e confidente muito íntimo dos deputados. No trato pessoal eles se chamam pelo nome, fazem brincadeiras, no entanto, na presença de outros são profissionais extremamente formais. A presença de uma terceira pessoa é o que desencadeia o ritual que transforma o motorista que é íntimo do parlamentar em um cerimonial subordinado.

Apesar do respeito e da formalidade, nos casos em que observamos, constatamos um grande poder de influência de alguns assessores. Constatamos situações em que um Deputado Federal mudou sua postura após ponderações de seus subordinados. Neste caso, o parlamentar, que na ocasião, optava por votar em desacordo com seus colegas de partido, repensou a sua posição após uma reunião com dois assessores que alegaram que confrontar colegas de partido naquele momento seria prejudicial ao seu projeto de concorrer à presidência da sigla no seu estado.

As reuniões com os assessores que precedem eventos, votações e pronunciamentos funcionam como rituais onde os agentes abastecem de

informações o político até o mesmo estar preparado para se apresentar em público. Essa preparação pode começar nas vestimentas e ir até a fala e postura que a personalidade deve adotar. Vejamos; acompanhamos uma secretária montando a agenda de uma parlamentar para três dias de roteiro, (roteiro é o termo usado quando os deputados estão viajando a trabalho) nesta agenda continha uma homenagem em Torres e um acampamento “gaudério” em Terra de Areia. Como observação, foi colocada uma nota para levar terno e “Pilcha” na mala.

As secretárias parlamentares são as responsáveis por todas estas questões de apresentação e cerimonial. Um dos parlamentares que entrevistamos confidenciou que uma vez eleito presidente da Assembleia Legislativa precisou renovar todo o guarda roupa:

Dias antes da posse o pessoal do Cerimonial da casa (Assembleia Legislativa) foi ao meu apartamento, e selecionou com a minha esposa, os ternos e camisas que eu poderia usar. A preocupação maior é que algumas cores não favorecem a imagem no vídeo ou foto, inclusive alguns tecidos eu fui aconselhado e não usa. (Deputado Federal Informante).

Entre o comportamento de bastidores e o comportamento de palco existe um ritual subliminar, por vezes até imperceptível, mas que acontece em todos os casos que analisamos. Vamos tomar por ritual, ações que direcionam o político a agir de forma diferente em distintas situações de palco. Ou seja, o ritual de se fazer parecer mais formal para cerimônias formais, o ritual de se fazer parecer simples para eventos na periferia, ou ainda, entre tantos, o ritual de se fazer parecer mais jovem para eventos universitários.

O que constatamos de fato é que a pessoa do político se posiciona, e é instruída a se posicionar, de forma a representar um personagem no palco destes eventos. E este personagem deve ser próximo e semelhante à plateia para que o espectador (eleitor) se reconheça e simpatize com o ator.

DaMatta (1979 p. 109) explica que no carnaval “aquilo que no mundo diário é considerado um ‘pecado’, ou seja, a provocação intensa do público e dos homens pelas mulheres, passa ser tomado como algo absolutamente normal”. No universo político é inversamente real, aquilo que por vezes presenciamos ser normal na vida privada do agente político é tido como pecado na esfera pública. Um Deputado Federal para quem a pesquisadora prestou um ano de assessoramento é um homem brincalhão e que contava inúmeras piadas a respeito de gays, loiras, portugueses e negros, não raro algum assessor advertia sobre os perigos de tais piadas vazarem.

Estamos atualmente acompanhando o caso do Presidente da CDH (Comissão dos Direitos Humanos e Minorias) da Câmara Federal, o Deputado e Pastor Evangélico, Marco Feliciano (PSC-AC). Ele replicou na internet manifestações que foram interpretadas como homofóbicas e racistas, tais como:

“A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime e a rejeição.” (FELICIANO, 2011).

“Sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismos, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, aids, fome etc...” (FELICIANO, 2011).

Ao tornar pública tal face, Feliciano desencadeou uma série de problemas que são evitados por assessores de grande parte da classe política. Mas que neste caso fortalece uma identidade individual e que muito provavelmente seja corroborada por seus assessores. Dentro da nossa análise, e para a reputação do grupo de entrevistados desta dissertação, o Deputado Feliciano tornou pública uma identidade que “deveria” ser privada, e se comportou no palco de forma que só seria “permitido” se comportar nos bastidores, DaMatta (1979) faz esse paradigma entre o pessoal e o impessoal, o público e o privado, o anônimo e o conhecido, o universal e o biográfico. No campo da política muito do que está no biográfico, deve ser pessoal, privado e anônimo, e somente aquilo que for positivo na visão do político e sua assessoria é que deve ser conhecido e universal.

O resultado de tais revelações públicas são manifestações pedindo o afastamento de Feliciano da presidência da CDH, tanto por parte de eleitores quanto por parte colegas da classe política. Esse caso será mais avaliado no capítulo quatro quando vamos analisar a construção da persona política no ciberespaço.

Aqui vamos nos restringir a usa-lo como exemplo do que é, ou deve ser anônimo e permanecer apenas nos bastidores a fim de evitar aversão à pessoa publica do político. Esse ocultamento acontece tanto de forma voluntária pelo próprio político como de forma assessorada pela perspicácia de seus assessores.

Os eventos em que realizamos a técnica de observação participante nos proporcionaram fatos em que foi possível perceber com muita clareza a sutil interferência de assessores na apresentação pública do político. Durante um debate em uma entrevista de rádio observamos um assessor munindo seu chefe de informações e dados, via mensagem de texto por celular. Ao ser questionado sobre tal procedimento o assessor explicou que essa era uma técnica comum e que fazia parte do seu trabalho elaborar pesquisas sobre as causas em que seu chefe é engajado. De fato presenciamos diversas situações em que outros parlamentares solicitaram dados e informações aos seus assessores via celular, o mais comum é observar esta técnica durante debates e plenárias.

O que confirmamos na observação participante e nos casos dos atores analisados é que existe de menor a maior grau uma terceirização de busca ao conhecimento, bem como a terceirização do eu, que vamos explicar mais adiante. Apesar de não ser um conceito popular, observamos que um político no Brasil trabalha muito. A demanda de compromissos e o peso da responsabilidade de um parlamentar são incompatíveis com o tempo que ele possui para executar suas tarefas. É notório que existe um interesse pessoal de cunho eleitoral em seus compromissos, no entanto este não é nosso foco. A questão é que não é possível cumprir a agenda diária de um político sem terceirizar serviços, e é neste ponto que vamos nos fixar.

Em um primeiro momento percebemos que representantes legislativos contam com uma equipe de assessoramento. O Vereador informante disponibiliza de um ou dois cargos de assessores profissionais, que trabalham na câmara de vereadores, no entanto, eles normalmente contam com a ajuda de assessores do partido e mais alguns cabos-eleitorais que os acompanham, auxiliam e instruem durante o mandato. No caso aqui verificado, o Vereador é a principal liderança do município, tendo inclusive se candidatado a vice-prefeito durante a pesquisa de campo. Ele conta com uma assessora no seu gabinete na câmara de vereadores, porém é auxiliado por uma professora atuante no partido que o instrui de forma ativa e voluntária.

O Deputado Estadual Informante possui uma equipe formada por doze cargos de confiança da assembleia legislativa, no entanto, pelo menos quatro deles trabalham fora do gabinete representando o Parlamentar em sua zona eleitoral. Este Deputado também conta com uma ajuda externa, neste caso o irmão do parlamentar é publicitário e o auxilia de forma atuante e voluntária. O Deputado Federal Informante possui uma estrutura maior composta por dezesseis assessores, sendo que cinco deles atuam em Brasília, outros seis em Porto Alegre no escritório parlamentar, e o restante em regiões do estado.

Nos três casos aqui profundamente analisados e nos demais casos observados pela pesquisadora, os assessores de imprensa admitem a interferência de todos os assessores na construção e manutenção da imagem do político. No caso dos deputados, os assessores locais, que trabalham fora do gabinete atuando em regiões do estado, trabalham como representantes políticos de seus chefes e possuem uma posição muito estratégica na consolidação da imagem deste político, principalmente na região em que o representa.

Quando um Deputado Estadual ou Federal se elege ele está eleito para legislar para todo seu estado, no entanto, ele possui sua chamada “base eleitoral”. Esta base normalmente é formada na região em que esse político nasceu, ou pelo menos, cresceu como homem público. Nas chamadas “bases” os deputados aqui analisados mantêm uma estrutura composta por escritórios. Nestes escritórios são

formadas equipes que atendem o público local. Notamos, em um primeiro momento, que estas equipes praticam uma política que poderíamos denominar como mais assistencialista, ou seja, visam atender pedidos de ajuda para conseguir leitos em hospitais, transporte para outras cidades, exames médicos, entre tantas outras demandas. O interessante é que quando a equipe consegue auxiliar um cidadão, o mesmo reconhece da seguinte forma: “agradece o deputado por mim”. São nestes detalhes que percebemos que toda a estrutura de um escritório parlamentar é na verdade um grande aparato para representá-lo. O político, muitas vezes, nem sabe o que está sendo feito nestes escritórios, mas é em seu nome que se está trabalhando.

É possível fazer uma analogia deste fenômeno com a teoria do “você sabe com quem esta falando?”, desenvolvida por DaMatta (1979) já referida no referencial teórico. Assim, quando um assessor vai a campo em busca de uma solução para a demanda de um eleitor ele se identifica da seguinte forma; “Sou fulano, assessor de Deputado Federal Y”, só então ele prossegue. Ao identificar-se da seguinte forma ele esta na verdade tentando adicionar valor ao seu nome a fim de ter sua solicitação atendida. A prática de ações assistencialistas por parte dos assessores utilizando o peso do nome dos políticos é tão comum que, ao fazermos um levantamento, percebemos que - a despeito dos vereadores que possuem uma equipe muito reduzida - todos os parlamentares observados possuem um ou mais assessores que são reconhecidos e instruídos a trabalhar na prática da resolução de problemas burocráticos ou de saúde dos eleitores.

O fenômeno do “você sabe com quem esta falando?” bem como a prática da terceirização do eu, são métodos comum na política, e consistem em todo e qualquer trabalho ou representação feito por uma terceira pessoa em nome de uma primeira que não está presente. A pesquisadora por experiência de trabalho confiava que a maioria dos políticos solicita a sua equipe uma pesquisa completa, porém sucinta sobre os temas que irá tratar. Nesta pesquisa de campo percebemos que isto é realmente uma prática corriqueira. Desta forma é possível perceber que no momento em que um assessor marca um programa de rádio para o Deputado Estadual aqui pesquisado falar sobre a situação dos quilombolas no RS, o assessor

já inicia uma pesquisa sobre o assunto. O comum é que, um dia antes ou no mesmo dia da entrevista o material seja entregue ao parlamentar, junto com algumas considerações do tipo: “evite falar sobre o tema tal, não esqueça que o senhor votou contra a situação x, lembre-se de salientar a emenda y”.

Apesar das interferências ressaltadas nos três casos aqui estudados, os assessores afirmaram que a identidade pessoal do candidato não está distante da apresentada pela mídia. Segundo as assessorias de imprensa o histórico do político, suas ações e discursos os acompanham moldando sua imagem de uma forma um tanto quanto natural. À assessoria caberia apenas gerenciar polêmicas e contribuir para sedimentação de uma imagem coerente. No caso do Vereador, por exemplo, antes de entrar na política, ele era professor, e em consequência desta experiência o legislador é hoje um político reconhecido pelas causas educacionais e culturais que defende. As matérias com as quais os políticos que analisamos mais se pautam, na maioria dos casos, tem relação com a trajetória de vida e/ou profissional pregressa do agente na política.

Goffman (2002, p. 34) defende que “quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel” Segundo o autor esta fachada restringe a margem de criação deste ator. No caso do político no Brasil a posição de esquerda ou direita, o partido e as bandeiras as quais se vincula são preliminares ao político. Uma vez dentro da política cabe a ele apenas escolher que fachada - dentro das já estabelecidas - que ele irá reconhecer como sendo a sua. Desta forma “as fachadas tendem a ser selecionadas e não criadas, podemos esperar que surjam dificuldades quando os que realizam uma dada tarefa são obrigados a selecionar para si, uma fachada adequada dentre muitas diferentes ” (GOFFMAN, 2002, p. 34).

É na tarefa de moldar esta personalidade dentro das perspectivas, que se insere o assessor. Este deve trabalhar nos bastidores para que no palco o político evite contradições, esteja munido de informações e desempenhe bem o seu papel de representante público.

Em situações de pronunciamentos em locais públicos, o político costuma ser muito fiel as considerações de sua assessoria. Sendo assim, seu comportamento de palco é muito determinado pelos bastidores. As três assessorias afirmaram dialogar abertamente com seus representantes a respeito de certos “ajustes” na sua conduta e/ou discurso.

Ele (o vereador) é muito aberto a sugestões. Inclusive algumas vezes ele pensa de uma forma, mas se todos nós da assessoria pensar de outra, ele acaba agindo de acordo com aquilo que a maioria decidiu que era melhor para ele, naquele momento. (Assessora Voluntária do Vereador).

Durante a escolha da grupo de entrevistados foi levado em consideração à idade dos políticos. De forma proposital nos interessamos por políticos mais novos a fim de acompanhar a lapidação da identidade política destes representantes. O que percebemos é que quanto mais novos no universo político mais abertos a interferências externas estão os representantes. No caso do vereador aqui analisado, este foi seu primeiro mandato, durante os quatro anos que se passaram foram realizadas reuniões de mandato, nestas reuniões cidadãos eram convidados a avaliarem e sugerirem ações para o mandato do vereador em questão. Segundo sua assessora, diversas ações e considerações realizadas nestas reuniões foram executadas pelo político, inclusive a criação de um blog a fim de facilitar e aproximar a comunicação do vereador com o público jovem.

Ao serem questionados a respeito dos partidos aos quais pertencem os políticos, bem como suas assessorias afirmaram estarem de acordo com a ideologia de seus partidos, no entanto, ressaltaram que quando necessário vão contra a sigla, a favor do que consideram mais coerente com sua própria concepção.

2.1 Construindo uma identidade política

Este subcapítulo pretende abarcar a questão da “agência” do subordinado de um político. É importante salientar neste contexto que a vida pregressa de um homem público, bem como sua identidade pessoal está intimamente ligada a sua identidade política. Repetindo DaMatta (1979), somos todos classificados pela nossa “linhagem, clã, família, metade, clube, associação, etc.” Para comprovar essa afirmação vamos expor e analisar o ingresso na vida pública dos três representantes da nossa grupo de entrevistados.

O Vereador tem sua carreira política iniciada no magistério. Segundo sua própria narrativa foi após uma temporada trabalhando no Timor Leste, que o mesmo sentiu vontade de voltar às origens e ingressar na vida pública. O Deputado Estadual advém de uma família de políticos e seguiu a tradição familiar. A Deputada Federal é jornalista e iniciou, sem concluir, o curso de Ciências Sociais. Começou sua carreira no movimento estudantil. Desde o ingresso dos três representantes até os dias de hoje é possível acompanhar uma linha de conexões muito razoáveis em suas carreiras. A percepção de Goffman (2002) está presente aqui. O que percebemos são atores interpretando um papel determinado que deve ser confirmado diariamente.

Se a questão da representação do eu, no entanto, já foi extensamente discutida, a representação do eu pelo outro, nem tanto. Foi muito presente na pesquisa de campo um fenômeno que vamos denominar como o fenômeno da “terceirização do eu”. Dentro do legislativo os políticos, em sua maioria, buscam incessantemente espaço na mídia seja para divulgar seu trabalho, sua imagem ou ambos. O interessante é que para estar na mídia é preciso estar em muitos eventos ao mesmo tempo. Assim e com a ajuda da tecnologia, o parlamentar vem buscando terceirizar sua imagem através da sua representação física ou virtual. Vejamos um exemplo: O Deputado Estadual exige da sua equipe que toda matéria sobre eventos em que ele não estava presente, mas que alguém o representou, seja escrita da seguinte forma: “Deputado Estadual Fulano, representado na Festa da Uva”. É uma

forma sutil de fazer parecer que o Deputado estava presente, mesmo não estando. Este mesmo Deputado permite que três pessoas, além dele, escrevam em suas redes sociais em primeira pessoa. O Deputado Federal também permite que determinadas pessoas da sua equipe escrevam em seu nome. Somente o Vereador afirmou administrar sozinho suas redes sociais.

Todo o trabalho de construção da imagem do político só tem fundamento quando o agente corresponde à imagem propagada pela equipe. O papel criado pela assessoria tem que ser confirmado pela aparência e conduta do político e vice-versa, a equipe de representação do político precisa ser perspicaz ao ponto de não fugir da matriz identitária do político ao representa-lo e assessora-lo.

A “agência” da equipe de assessoramento político reflete diretamente em sua imagem perante o público. Sentada nas cadeiras de espera dos gabinetes parlamentares, não raro, um agente externo (eleitor) me tecia um comentário do tipo: “aqui no Deputado X, vale a pena esperar ele resolve as coisas”, quando verificávamos a demanda e a solução de tais problemas, a questão nem chegava ao conhecimento do Deputado, era toda tratada e solucionada (ou não) por seus assessores.

Na nossa pesquisa foi possível classificar dois tipos de “agência” dos assessores, uma de cunho assistencialista e a outra de cunho intelectual. Na primeira o assessor age de forma a resolver – em nome do deputado – questões assistencialistas tais como: leitos em hospitais, indicação para vaga de empregos, assessoria sobre questões pessoais, entre tantas outras demandas convergidas por eleitores. Na segunda, o assessor age de forma a auxiliar o deputado em questões como: projetos a serem apresentados, leis, votos em plenárias e estudos que envolvem o desenvolvimento intelectual do parlamentar. Esta segunda assessoria influi, principalmente, na forma que o mesmo é visto pelos próprios colegas da classe política.

Dentro do Congresso Nacional existe uma Consultoria Legislativa, que consiste em um grupo de consultores extremamente especialistas, cada um em sua

área. Segundo as assessorias que entrevistamos esses profissionais são muito respeitados. A função deles é auxiliar os deputados sempre que solicitados. Quando a assessoria do deputado percebe que não tem o conhecimento técnico necessário para dar subsídios para o seu chefe debater e se posicionar sobre um tema, ela solicita uma nota técnica para os consultores do congresso. A nota é entregue em no máximo trinta dias.

2.2 A Busca coletiva pela imagem de sucesso

O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos **historicamente**, mantidos **socialmente** e aplicados **individualmente**.” (GEERTZ, 2008, p. 228, 229) (grifo nosso).

Apesar de aplicados individualmente, nesta dissertação comprovamos que o sistema de símbolos pode – em parte - ser pensado e determinado por coletivos. Frequentemente o político decide em conjunto com seus assessores os rótulos aos quais pretende se vincular.

Na introdução deste trabalho foi destacado que, sendo o Brasil um país que vive na normalidade democrática a imagem passa a ser o bem maior de um político. Explico: com a democratização da informação e a eleição do representante pelo voto, a persona do político está totalmente suscetível ao julgamento do eleitor. A massificação dos meios de informação fragilizou a elite política de tal forma que é visível o empenho dos políticos em transmitir credibilidade e desenvolver um discurso que agrade a população. Os recorrentes escândalos de casos de corrupção divulgados pela mídia, o apelo popular por maior rigidez na aplicação das leis contra políticos corruptos e o próprio abaixo assinado que culminou na implantação da lei da ficha limpa, são exemplos de como nossos representantes eleitos democraticamente, assegurados pela democracia estão suscetíveis a mesma.

Giddens (2003) explica que não é por acaso que existem tantos escândalos de corrupção na política pelo mundo afora nos últimos anos:

Não acredito que a corrupção seja mais comum agora nos países democráticos do que costumavam ser. O que ocorre é antes que, numa sociedade de informação aberta, ela é mais visível, e os limites do que é considerada corrupção se deslocam. (GIDDENS, 2003, p. 85).

Para Giddens toda essa visibilidade culminou em uma maior transparência nos assuntos políticos. É desta forma que a mídia se tornou tão importante dentro do campo político democrático do Brasil – bem como em outros países. É através dos meios de comunicação de massa que as informações se propagam, e sendo assim agentes políticos que buscam sucesso em suas carreiras travam uma busca incessante por espaço e boa visibilidade na mídia.

Recentemente a mídia divulgou o caso do parlamentar norte americano, do Estado de Missouri Todd Akin, conservador republicano candidato ao Senado na eleição deste ano, que teria afirmado, em entrevista levada ao ar em agosto de 2012, que o corpo das mulheres pode prevenir gravidez em casos de "estupros legítimos", e, acrescentou, que a concepção nesses casos é rara. Akin respondeu a uma pergunta sobre sua opinião quanto ao aborto realizado por mulheres vítimas de estupro. "Se é um estupro legítimo, o corpo feminino possui formas de tentar de fechar essa coisa toda.", disse ele.

O candidato do Partido Republicano à presidência, Mitt Romney, rechaçou o comentário de Akin, chamando-o de "indesculpável, e, francamente, errado". Em comunicado divulgado após a entrevista ter ido ao ar, Akin disse que "falou errado." E que o comentário não refletiria "sua simpatia às milhares de mulheres que são abusadas todo ano." Todd Akin ainda enfrentou forte pressão para abandonar a disputa pelo Senado no Estado de Missouri, mas decidiu continuar na campanha. Autoridades do Comitê Nacional Republicano de Campanhas para o Senado disseram à agência Associated Press que US\$ 5 milhões previstos para serem gastos em anúncios pró-Akin foram gastos de outra forma. O republicano, que mantinha uma ampla vantagem frente a McCaskill nas pesquisas durante boa parte

do ano, começou seu declive em agosto após a fatídica declaração. O candidato não se elegeu. (ROMNEY..., 2012).

A assessora de imprensa do Deputado Estadual nos relatou situações semelhantes. Segundo a jornalista, o Deputado é conhecido por ser um homem de opiniões fortes e fala exaltada.

Em uma determinada entrevista de rádio o Deputado declarou que o salário de um parlamentar era baixo se comparado com os gastos e desgastes da profissão. É claro que a imprensa só noticiou que o Deputado X considerava que ganhava pouco. Isso gerou uma grande repercussão negativa, o deputado se pronunciou dezenas de vezes tentando explicar a citação, mas até hoje pessoas se referem a este fato que aconteceu em 2011. (Assessora de Imprensa do Deputado Estadual).

A sabedoria popular diz que se você for a um restaurante e for bem atendido, vai achar bom, mas é pouco provável que saia recomendando aos outros este estabelecimento tanto quanto o criticaria caso tivesse sido mal atendido. É nesta lógica que se baseiam os integrantes da nossa grupo de entrevistados, quando questionados sobre o que mais os incomodavam na imagem - que acreditam - que estão transmitindo, foi ressaltado (pelos quatro) o fato de você passar uma vida construindo uma vida política e ser sempre lembrado por um deslize ou manipulação na sua fala. A busca coletiva pela imagem de sucesso se baseia, entre outras coisas, na técnica de “apagar o incêndio.”

É por isso que além de um representante da área da comunicação todos os políticos analisados por esta grupo de entrevistados contavam também, como membro da sua equipe, com alguém mais velho e com “cancha no meio político” como disse o Deputado Estadual. Este membro é, na maioria dos casos, o chefe do gabinete.

Nosso chefe de gabinete é um excelente gerenciador de crises. Sempre que o Deputado manifesta de forma equivocada ou mal interpretada é ele (o chefe de gabinete) que nos orienta à como contornar a situação. Também no dia-a-dia ele ótimo no trato com eleitores e cabos eleitorais insatisfeitos. Ele é o homem de confiança do Deputado. (Assessora de Imprensa do Deputado Estadual Informante).

Ficou evidente durante a pesquisa a relevância do entrosamento da equipe para o sucesso de uma assessoria. A busca coletiva pela imagem de sucesso depende do sucesso do coletivo em primeiro lugar. Foi possível perceber que as equipes eram mais profissionais e capacitadas à medida que o cargo do político ia crescendo na escala de vereador, Deputado Estadual e Deputada Federal. Vejamos um exemplo bem claro de como a equipe é importante no processo de construção da imagem de sucesso.

Representantes legislativos durante os seus mandatos conseguem se destacar entre os demais, sobretudo quando elaboram um projeto de lei pertinente, que, de fato, faz a diferença na vida dos seus eleitores. Um dos marcos na carreira política da Deputada Federal aqui analisada, foi um projeto de lei aprovado em 2006, ainda no seu primeiro mandato como vereadora. O projeto teve uma repercussão extremamente positiva, e segundo suas palavras “foi um projeto criado, pensado e elabora junto com a sua equipe”. O assessor de outro Deputado Federal - que nos concebeu permissão para prática da observação participante em seu gabinete - revelou que a maioria das pautas e projetos de lei sugeridos pelo Deputado na Câmara surge de e-mails de eleitores analisados pela equipe e passados (já com uma ideia de projeto) para o Legislador.

Alguns fatores se tornaram proeminentes durante os meses desta pesquisa, tais como: a posição de um político, sua trajetória e faixa etária restringem ou ampliam a margem de influência da equipe no seu desempenho político. Percebemos que o Deputado Estadual, que é um dos mais velhos entre os quatro representantes e com maior currículo dentro da política, já é, hoje, muito mais

decidido sobre suas performances. A sua assessoria afirmou que não interfere em seus posicionamentos, mas que apenas gerencia polêmicas que a sua personalidade forte deixa para trás. Percebemos que o mesmo já definiu os personagens com os quais se apresenta e que poucas considerações a respeito do mesmo são feitas, com a finalidade de auxiliá-lo no jogo político.

A Deputada Federal, apesar de estar em uma, considerada, alta posição da escala política entre os quatro, é, também, a mais jovem, o que a deixou em uma posição bem interessante. Neste caso ela tem uma identidade jovem bem marcada, no entanto, ela permite que sua assessoria selecione em conjunto com ela as “bandeiras” com as quais ela vai trabalhando ao longo da vida pública. A sua assessoria relatou que a Deputada permite e demanda que uma de suas assessoras de imprensa escreva seus pronunciamentos, fazendo pequenas alterações no momento de pronuncia-los.

No caso do Vereador é possível notar que, sendo o seu primeiro mandato, ele está em franco crescimento como político, desta forma sua identidade política esta sendo preparada e moldada de forma continua e bem visível. É possível comprovar isso relatando que durante os meses da pesquisa o mesmo rompeu a coligação com um partido e se coligou com outro partido considerado a oposição ao primeiro. E quando dizemos que foi o vereador que desfez a coligação, fazemos porque ele é a maior autoridade do seu partido na cidade, e o único com mandato. Segundo a sua assessoria, a nova coligação se deu por que:

Percebemos que não estávamos mais politicamente confortáveis com ideologia do partido que estávamos coligados. O vereador almeja construir uma carreira pautada em outra forma de fazer política e por isso a coligação ficou insustentável. (Assessoria do Vereador).

No início da vida pública, pode acontecer de o político ceder espaços da sua personalidade em prol de ser aceito pelo grupo, com o passar do tempo – e percebemos isso ao analisar os políticos com a vida pública mais longa – o individuo

começa a notar quanto espaço cedeu e então surge a necessidade de buscar a individualidade dentro do grupo. Quando a busca da individualidade sobrepõe o anseio do partido, surge um conflito partidário.

É por isso que apesar de ser a maior autoridade do seu partido em seu município, a recente trajetória na vida pública autoriza o Vereador a uma posição em que ele ainda está aberto a reflexões sobre a personalidade que deseja tornar evidente. Processo parecido acontece com a Deputada Federal que, apesar do alto escalão do cargo, ainda é jovem na idade e cede espaço da sua personalidade com intuito de ganhar aceitação do eleitor e dos colegas. Segundo a avaliação da Cientista Política, Marcia Ribeiro Dias, a Deputada Federal que concorreu ao pleito do executivo em 2012, falhou ao aceitar a recomendação de se apresentar de forma mais sóbria a fim de conquistar o voto dos mais conservadores. A candidata deixou de lado o jeito jovem e fala descontraída de tal forma que segundo a pesquisadora não agradou nem jovens nem “velhos”.

Com falhas e acertos o assessor de imprensa se tornou um cargo indispensável para políticos em prospecção, seja na sua representatividade, seja pura e simplesmente no seu assessoramento. As técnicas, formas e manobras dos assessores de imprensa – os que lidam mais diretamente com a imagem do político – são, a nosso ver, indispensáveis para compreender a construção coletiva do personagem público do político. É por isso que vamos dedicar o próximo capítulo a este profissional e suas técnicas.

3 A ASSESSORIA DE IMPRENSA

O termo “assessoria de imprensa” se refere a uma parte de uma estrutura de comunicação institucional chamada assessoria de comunicação. Esta estrutura ideal deve trabalhar, sob um foco e uma direção única, a fim de que os agentes desta assessoria trabalhem de maneira sistemática, evitando distinções de linguagens e maximizando os efeitos positivos sobre a imagem da instituição à qual serve. No entanto, esta estrutura é composta de pessoas que agem sobre a estrutura desta instituição e que concomitantemente são atingidas por esta estrutura. Na assessoria de imprensa política a instituição é o próprio político, é ele que age sobre sua assessoria, no entanto esta não é uma via de mão única e, na contra mão, estão os assessores que também possuem “agência” sobre a persona política.

A assessoria de imprensa, propriamente dita, ocupa-se basicamente das saídas, das ofertas de informação a partir dos diversos canais de que dispõe e da ligação entre a instituição que representa e os seus públicos pelo viés da notícia. Ela surgiu e cresceu em importância no cenário das organizações privadas e públicas, porque o jornalismo tornou-se o espaço público de socialização dos discursos privados e particulares. A população se alimenta dos fatos e notícias trazidos pela mídia e através dela monta sua concepção particular sobre acontecimentos, conflitos e personalidades da política, dos negócios, da cultura, dos esportes e das crenças, que enchem o noticiário de cada dia.

O campo político e seus personagens que são exatamente competitivos, e que precisam de canais de comunicação com a sociedade para prestação de contas e geração de ânimos positivos em torno de suas atividades e decisões, fazem uso intenso de estruturas de assessoria de comunicação social, normalmente centradas em assessorias de imprensa, para estabelecer este contato com a mídia e, através dela, com o público em geral. É sob este foco que abordaremos a Assessoria de Imprensa nesta pesquisa: a que atende uma demanda de um personagem político.

O surgimento e solidificação deste segmento da comunicação como fração institucional indispensável nos contextos contemporâneos deveu-se ao sucesso do

empreendimento de Ivy Lee, um jornalista norte-americano que, em 1906, abandonou o jornalismo propriamente dito e uniu-se a John Rockefeller a fim de transformar a imagem negativa deste barão do capitalismo selvagem em algo positivo. Esse fato e seu protagonista Lee são tidos como os precursores das relações públicas e da assessoria de imprensa que vemos hoje desenvolvida e especializada em diversos campos da vida pública de entidades públicas e privadas.

Foi pensando em elucidar - de forma empírica - o processo de construção da persona política que este capítulo foi elaborado. Este é um capítulo etnográfico, aonde vamos - através de fatos observados na técnica de observação participante, ou narrados nas entrevistas - buscar comprovar o peso de valor do coletivo na edificação de um personagem político. Para isto como já foi mencionado anteriormente contou-se com quatro casos que analisamos mais detalhadamente através de entrevistas em profundidade, e mais dois casos em que realizamos somente a observação participante.

A pesquisadora realizou esta parte da pesquisa imersa em gabinetes e escritórios parlamentares, observando e entrevistando a equipe de assessoramento que cerca o personagem político. Entrevistamos e, sobretudo, observamos o motorista, os assessores e os próprios personagens políticos, no entanto, dispensamos especial atenção com os assessores de imprensa. A imprensa é um agente fundamental na construção que orienta e viabiliza as relações sociais e produtivas do mundo contemporâneo (MORAES, 2002). Ela não produz a realidade, mas está presente na produção dos sentidos, na “seleção”, “organização” e “hierarquização” dos fatos e processos. A imprensa é parte fundamental, também, no processo de construção de um ator político. E a assessoria de imprensa, por sua vez, é, sem dúvida, a área que mais se destaca no que diz respeito ao manejo e construção de uma imagem política. É importante, no entanto, sublinhar que o personagem político não consiste somente de sua imagem.

Usando a linguagem de Goffman (2002) podemos dizer que se o político é o “ator” principal de uma “peça de teatro”, seus assessores são a equipe dos “bastidores”, o eleitor é a “plateia” e a imprensa seria a cortina que se abre para que

os espectadores possam assistir à peça. A imprensa abre e fecha esse “véu” seguindo a lógica da indústria da comunicação, é por isso que políticos se cercam de profissionais da comunicação para assessorá-los. O ator político sabe que um profissional da área será mais eficiente no que tange a questão de abrir as “cortinas” e trazer visibilidade para sua figura. Um político que consegue se pautar na agenda da mídia com frequência e de forma positiva é, sem dúvida, um político com boas projeções para sua carreira.

O personagem político e sua personificação são um conjunto de ações que tem como fim uma imagem a ser alcançada. Vale ressaltar que vamos partir da premissa de que o coletivo não age na personalidade da persona política, mas age sim na sua personificação, e concomitantemente na imagem que esse “espetáculo” produz, nas palavras de Guy Debord, (1997, p. 9) “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”. A relação entre político e assessores reflete na relação que a persona política desenvolve no palco. Não é possível afirmar que os assessores ajam sobre a personalidade do político, pois este é um processo de formação muito íntimo e que começa quando se inicia a própria vida. No entanto, no que tange o interesse deste trabalho podemos afirmar que os assessores atuam na construção e gerenciamento dos detalhes da atuação do ator político sempre que ele entra em cena.

Nas entrevistas que realizamos foi observado pelos entrevistados que a personalidade de cada um, sua área de atuação e ideologia, foi lapidada mesmo antes de ingressarem na vida pública. Foi descrito no capítulo dois que a trajetória e militância de um político desde a sua juventude é que define o caminho ideológico e a sua direção política. De qualquer forma não estamos aqui analisando a construção da sua personalidade, muito menos da sua ideologia, mas, sim, de seu personagem. O personagem que se cria e mantém uma vez inseridos no campo político é o nosso interesse. Segundo um dos informantes:

A personalidade política se constrói muito antes da chegada ao poder, ao mandato, você funda ela antes na vida, porque se você não fundar essa personalidade na vida, em sindicatos ou

*associações, você não consegue chegar a lugar algum. A minha formação de personalidade, de escolha, de lado, de definição política e ideológica, ela nasceu dentro do movimento da juventude franciscana no estado (RS) que eu coordenei, ainda quando adolescente, durante oito anos, depois dentro da faculdade de história e na faculdade de direito eu presidi o DCE da universidade de Passo Fundo, ali eu encontrei, depois desta caminhada toda, um destino partidário e uma decisão política ideológica, foi ali em 1986 que eu me filei no PXX. Então eu acho que o ser político se inicia muito antes de você ter uma equipe de assessoramento. **Agora, o aperfeiçoamento de um personagem político, o crescimento dele é compartilhado com um time que ele escolhe para esta tarefa,** eu em 23 anos de mandato, mudei muito pouco a minha equipe, ela continua praticamente a mesma. (Deputado Federal Informante) (grifo nosso).*

É importante salientar que o personagem político precisa, constantemente, “vender” a si mesmo. Nas entrevistas que realizamos com as personalidades políticas foi possível perceber o que podemos descrever como “personalismo”. Em outras palavras, apesar de assumirem e ressaltarem o valor de uma equipe, os políticos (deste grupo de entrevistados) fizeram questão de ressaltar que a sua imagem é reflexo de uma personalidade que foi construída anteriormente a sua vida pública. O que percebemos é que na concepção do ator político, os assessores são figuras que corroboram para o balizamento da sua imagem e a imagem seria o resultado da sua representação política. Nenhum dos entrevistados assumiu literalmente a “*agência*” de seus assessores sobre a sua personificação. Nem mesmo os assessores souberam exemplificar, claramente, qual é a sua influência no teatro da representação política.

No entanto, é neste aspecto que o olhar do pesquisador capta o que, quem está inserido no processo não percebe. É preciso relativizar as entrevistas com os atores políticos. Observamos, principalmente entre os mais jovens ou com menor tempo de vida pública, que assessores possuem, sim, “*agência*” sobre a construção do personagem que vão desempenhar. E mesmo os políticos mais experientes nos

permitiram flagrantes de situações onde a influência do assessor foi crucial para a representação de seu personagem. É sobre essas situações que iremos nos debruçar neste capítulo.

No pleito para o executivo de Porto Alegre da Deputada Federal, então candidata a prefeita, aceitou as diretrizes de sua assessoria. A equipe, assistida por “marqueteiros” políticos, definiu que a candidata deveria passar uma imagem mais séria e sóbria. A intenção era fazer com que a candidata parecesse ser mais experiente, de tal forma que a Deputada deveria se portar, vestir e falar passando uma imagem de uma mulher madura, capaz de, apesar de muito jovem, administrar com competência a capital gaúcha.

Como estratégia, o aniversário de trinta anos foi amplamente divulgado, e a Deputada passou a usar roupas e acessórios que a fizessem parecer mais velha. O que como mencionamos anteriormente foi tido, como um erro na tática da campanha, uma vez que desvinculou a candidata de seu público jovem e não convenceu os mais experientes. Possíveis equívocos a parte, o que aconteceu foi que a assessoria agiu de forma significativa, no figurino e na estratégia de atuação da candidata.

De qualquer forma, a Deputada, representante mais jovem deste grupo de entrevistados, foi o ator mais rico no que diz respeito à construção coletiva de um personagem. Ao contrário da Senadora – representante com mais idade – a Deputada permitia que seus assessores “chefiassem” seu gabinete parlamentar. Nos três dias que, usualmente, passa no Congresso Nacional, ela não recebe visitantes (vereadores, prefeitos, cabos eleitorais). Quem os recebe é seu chefe de gabinete. É ele quem mantém o relacionamento direto e pessoal com essas lideranças.

O chefe de gabinete da Deputada é uma figura detentora de sua confiança que a representa em grande parte das relações face-a-face, já que ela atua muito fortemente no ciberespaço - campo em que somente ela opera sua persona. Sabemos através de outras assessorias que o seu chefe de gabinete havia sido seu

colega de faculdade e que não atuou em sua primeira campanha eleitoral, no entanto, assim que se elegeu, a Deputada procurou o antigo colega oferecendo o cargo. A equipe de assessoramento mostrou, realmente, uma grande preocupação dos políticos que entrevistamos e observamos.

Ressalvamos que logo que um político ingressa na vida pública e chega a um mandato ele se preocupa em contratar um assessor de imprensa. Os deputados estaduais, federais, e senadores com quem tivemos contato contam com assessoria de dois, três e até quatro assessores na área de comunicação social, divididos entre seus escritórios regionais (fixados na base eleitoral) e seus gabinetes parlamentares. A preocupação com a imagem transmitida através da imprensa e redes sociais é notória e recorrente em todos os casos que avaliamos.

Este instrumento (Internet) é uma ferramenta indispensável para qualquer pessoa que queira fazer uma, digamos, fixação de imagem. Se você não estiver atento e inserido as novas mídias, está à margem do processo de inovação tecnológica, e muito pouco provavelmente conseguirá permanecer na política por muito tempo. (Senadora Informante).

É possível afirmar que o massivo alcance da mídia e das redes sociais faz com que políticos sejam mais vigilantes em suas manifestações e aparições públicas. Apesar de estarem constantemente buscando visibilidade, percebemos e ouvimos de seus assessores que seus chefes buscam a divulgação da imagem de um profissional consistente ou “de fundamento”, como relatou a assessoria do Deputado Estadual Informante.

Vale ressaltar que o trabalho da assessoria de imprensa consiste em administrar a imagem do ator social, e a que imagem neste contexto é o resultado da personificação diária e constante do ator político. Para tal tarefa, os assessores da comunicação estão constantemente agindo sobre a atuação personagem político.

Não sem motivo, observamos que esta parte da equipe é responsável por avaliar pronunciamentos de forma a advertir o “chefe” sobre erros, ou manifestações e ações que possam ser mal interpretadas. Em alguns casos o assessor escreve o pronunciamento e cabe ao ator político corrigir e acrescentar alguns detalhes. O trabalho dos profissionais da comunicação exige profundo conhecimento sobre a ideologia, posição e forma de se expressar do seu chefe. No entanto, não consiste somente na corroboração deste pensamento. Existe uma troca de influências que acontece de diversas formas, na relação político/assessor.

É notório que a harmonia na relação entre chefe e subordinado, neste caso, resulta em melhor representação política. A relação entre estes agentes precisa ser afinada e o discurso ficar congruente, mas isto não significa que o subordinado somente vocalize a fala do político. O discurso tem que ser um só, mas sua construção pode ser, e confirmamos que de fato é coletiva.

Acompanhamos parlamentares muito bem posicionados, com longa trajetória política, e reparamos que uma vez posto de frente com um tema espinhoso, recorreram a seus assessores para uma análise coletiva. Aconteceu com um Deputado que precisava se posicionar sobre o código florestal. O parlamentar foi requisitado para ceder uma entrevista sobre o tema. Por telefone, o mesmo solicitou pesquisa de seus assessores, mais tarde, sentou com a equipe e, em conjunto, construíram uma posição e discurso que fosse simpática a seus eleitores, na maioria, relacionados com o setor da agricultura.

Como foi dito no capítulo dois, esta pesquisa classificou dois tipos de padrões de conduta, ou como estamos chamando: dois tipos de “agência dos assessores”, uma de cunho assistencialista e a outra de cunho intelectual. Poderíamos também dizer que, a primeira é a representação política, e a segunda a estadista. Entenda-se por estadista um parlamentar que se preocupa em legislar para o estado, e não em prestar “favores” individuais ou para pequenos grupos. São nestas duas frentes que os políticos mais recorrem a seus assessores. A equipe parlamentar atua, de forma significativa, na solução das demandas diárias, e na pesquisa de temas estatais. Por

outro lado, sua atuação é pequena, apesar de existir, na questão da vestimenta ou apresentação pessoal.

Porém um caso específico chamou atenção. Vejamos: grande parte dos parlamentares de Brasília possui apartamento funcional. Esta habitação tem aproximadamente 250 m² e até seis quartos. Apesar de não serem oficialmente permitidos, alguns deputados cedem a habitação aos assessores que saem da base eleitoral para trabalhar com o parlamentar no Distrito Federal. Desta forma Deputado e assessor moram juntos, o que culmina em um grau de aproximação e intimidade que permite a interferência dos assessores em assuntos que não seria comum esta ingerência.

Em certa ocasião marcamos de encontrar o Deputado Federal, que nos permitiu observar seu dia-a-dia em seu apartamento para um café da manhã. Na ocasião, o assessor de imprensa (que mora no apartamento funcional) advertiu o chefe sobre a gravação de um programa de televisão e o aconselhou a trocar a camisa listrada por uma branca lisa, alegando que “*funciona melhor na tela*”. Este mesmo Deputado revelou que havia montado uma equipe só com homens para Brasília, algo que segundo ele não foi proposital, mas que aconteceu porque suas assessoras mulheres tinham família no sul e optaram por ficar no escritório sediado na capital gaúcha. No entanto, após alguns meses o político solicitou um remanejo para que alguma mulher integrasse o time de Brasília, segundo ele:

É preciso de uma assessora para organizar o gabinete, cuidar do ambiente, da alimentação do grupo, e se preocupar com detalhes importantes que fogem ao olhar masculino. Antes dela (a assessora) chegar, praticamente não servíamos café ou chimarrão para os prefeitos e vereadores que vem nos visitar, não tinha uma fruta no meu frigobar. Ela também dispôs os móveis do gabinete de forma que ficou muito mais espaçoso. São só detalhes, mas os caras que vem me visitar, e que às vezes ficam horas esperando que eu saia do plenário ou de uma comissão e chegue até o gabinete, esse cara, valoriza um chimarrão, uma cestinha com pão de queijo. (Deputado Federal Informante).

Um dos representantes desta grupo de entrevistados, mora com três funcionários. A relação político/assessor neste caso é muito rica de diálogo, troca de informações e percepções.

*Falamos de trabalho constantemente dentro do apartamento. Em casa é o momento que avaliamos **nossa atuação** no Congresso Nacional, também estimamos evidencias de alguns panoramas e montamos estratégias. (Assessoria do Deputado Federal Informante).*

No momento que o assessor refere-se à ação do parlamentar como “nossa atuação” ele está assumindo que atua junto com seu chefe na esfera política. E sem dúvida ele o faz, e esta “agência” - como foi mencionado anteriormente - é ainda mais evidente quando político, assessor e a equipe, estão afinados. Veremos isso no decorrer deste capítulo.

3.1 Realidade e artifícios

A alta capacidade de alcance dos meios de comunicação de massa intensificou a busca incessante dos assessores de imprensa por espaço na mídia, a fim de divulgar o maior número de matérias que engrandecem a imagem de seu chefe. Falamos sobre isso no capítulo dois. No entanto é, também, nos momentos de crise que os assessores agem de forma pontual sobre a construção da imagem da persona política.

Quando o espaço dado pela mídia divulga notícias que prejudicam a imagem do político é que a assessoria de imprensa enfrenta seus maiores desafios. Neste momento o profissional da comunicação precisa lançar mão de todo o seu repertório de técnicas para contornar o conflito de tal forma que não resulte manchada a imagem de seu chefe. Trata-se, como diz Goffman, de um “remanejo de impressões”

Poderíamos mesmo dizer que se nosso interesse especial é o assunto do manejo das impressões, das contingências que surgem na promoção de uma impressão, e das técnicas para satisfazer tais contingências, então a equipe e sua representação podem ser as melhores para tomar como ponto de partida. (GOFFMAN, 2002 , p. 79).

Mais do que divulgar o trabalho realizado pelo político e assessorá-lo para o bom desempenho da atuação política, a equipe precisa promover uma impressão bem sucedida, de forma que, para esta tarefa, alguns artifícios são criados. O primeiro e mais básico é a estratégia de maximizar boas realizações e minimizar polêmicas. Sempre que o político realiza alguma ação de sucesso (exemplo: conseguir através de emendas parlamentares verbas para melhorias em um hospital da sua região) o assessor de imprensa busca a maior divulgação possível para este feito. Em situações assim, o assessor de imprensa de um Deputado Federal relatou que chega a marcar uma média de trinta entrevistas de rádio em uma semana. A divulgação destes feitos é que criam a imagem de um ator político ativo para sua região. Quando, no entanto, acontece algo que prejudica a imagem do mesmo ator, o assessor tenta em primeiro lugar reverter à situação dando a sua versão dos fatos, passado o primeiro impacto a ordem é abafar e minimizar o ocorrido. Isto é tão verdade que mesmo nas entrevistas para esta dissertação, conscientes de que nomes não seriam divulgados, os políticos evitaram dar declarações sobre determinadas situações que, em algum momento, abalaram a imagem do político.

A política se tornou uma área cada vez mais delicada de se atuar. Os meios de comunicação de massa e, também, de forma muito forte, a internet, trouxeram uma visibilidade muito grande para as ações dos políticos. De tal forma que ações que antes aconteciam sem a maior parte da população tomar conhecimento, hoje acontecem e, não raro, se tornam públicas à análise da sociedade. O assessor de imprensa, ou o bom assessor de imprensa é um profissional capaz de perceber a vulnerabilidade do meio, estando atento a possíveis armadilhas. Seguindo esta linha compreendemos outro artifício utilizado pela equipe de assessoramento. O coletivo ou parte dos assessores ao perceber que a imagem de um colega político está desgastada tenta ao máximo afastá-la da figura de seu chefe e não importa se os dois são do mesmo partido, compartilham as mesmas ideias e/ou são amigos. O

importante é desvincular a imagem do seu chefe a figura de alguém que está envolvido em algo que seja mal julgado pela população e/ou justiça.

Divulgaram uma nota dizendo que a Deputada havia defendido o colega deputado e pastor Marco Feliciano, foi muito ruim, repercutiu bastante nas nossas páginas sociais. O Feliciano vai muito contra aquilo que a Deputada defende e que nós trabalhamos para divulgar. Na verdade mal interpretaram uma fala dela. Quando isso acontece entramos em contato com colegas que trabalham na mídia buscando o maior espaço e alcance para uma correção, mas é ruim porque depois que a notícia vaza é muito difícil reverter de forma favorável (Assessoria do Deputado Federal Informante).

A desvinculação de colegas políticos mal vistos pela sociedade foi percebida em outros casos, assim como a vinculação com políticos proeminentes também é estratégia para aquilatar a imagem de um agente político. A totalidade dos assessores de imprensa que entrevistamos revelou que quando colegas de partido se envolvem em esquemas de corrupção a melhor tática é não se manifestar para a imprensa, nem a favor nem contra. No entanto, quando não há saída é preciso avaliar o que falar porque, segundo os assessores, no jogo político, e principalmente no legislativo, o político precisa ser cuidadoso para não desgastar relações com a base a fim de não ficar isolado, ou a “margem do processo” como nos relatou a assessoria do Deputado Federal, o partido e seus integrantes possuem forte influência sobre a projeção da carreira de um agente político.

Existem caciques em todos partidos, eles é que definem o rumo da sigla, e também articulam para alavancar políticos que jogam o mesmo jogo e isolar políticos que se mostram contrários a ‘sua’ posição. Além de responder as expectativas do povo, precisamos estar ligados às expectativas do partido” (Assessoria do Deputado Federal Informante).

Percebemos que os políticos afiliados a partidos maiores e mais antigos são mais reféns da estrutura, ideologia e aos “caciquismos” da sigla. Na contra mão, os

políticos que representam partidos mais novos possuem maior poder de “agência” em relação à sigla. No caso da Deputada Federal que analisamos ela ingressou em um partido de pequeno porte e na sua primeira candidatura alavancou uma votação muito expressiva, vindo a se eleger como a Deputada Federal do Rio Grande do Sul mais bem votado. O que percebemos ao entrevistar ela e a sua assessoria é que neste caso o político tem mais “agência” sobre a estrutura partidária do que a estrutura sobre ele.

É interessante você querer saber sobre quem age na personificação da Deputada. Posso te dizer que quem mais exerce influência sobre o mandato da Deputada é o partido, existe muita expectativa sobre a figura dela. O partido age mais do que nós assessores e mais do que seus próprios eleitores, mas se você quer saber se ela exerce mais influência sobre o partido do que o partido sobre ela, eu digo sim. A Deputada é a cara do partido atualmente, o partido vem se construindo junto com a trajetória política dela. (Assessoria do Deputado Federal Informante).

Nos casos de partidos maiores, onde existem diversos personagens proeminentes dentro da mesma sigla é possível perceber maiores coações dentro da atuação parlamentar. De qualquer forma, como foi mencionado anteriormente, existiria uma crise ideológica entre os partidos, e dentro deste cenário o importante para assessores e políticos é, pelo partido, divulgar uma imagem tida como de sucesso, construindo a figura de um personagem político “atuante”, “honesto” e “diferenciado”. Percebemos que neste campo o mais importante é a imagem final. Os meios pelos quais este resultado foi construído nem sempre são coerentes ou condizentes com a “realidade dos bastidores”. No entanto, se a imagem final for positiva o trabalho do assessor estará “cumprido”.

Outro detalhe saltou aos olhos da pesquisadora ao observar as estratégias de manipulação da imagem da persona política. No livro; Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada, Goffman faz uma interessante análise da situação de indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizados da sociedade. São indivíduos com deformações físicas, psíquicas, de carácter, ou com qualquer outra característica que os torne aos olhos dos outros diferentes e até inferiores e que lutam diária e constantemente para fortalecer e até construir uma identidade social. De certa forma, atualmente, o político vive também uma situação de “estigmatização”. A sombra da desconfiança popular está impregnada nestes agentes sociais e a imagem de político corrupto se propagou de tal forma que generalizações são frequentes. Não por acaso percebemos uma exacerbada preocupação deste agente em se mostrar um político honesto, transparente e, de qualquer forma, ficha limpa.

Para Goffman, a descoberta de um estigma num indivíduo prejudica não só a situação social corrente, mas também as relações já estabelecidas e a imagem que os outros terão dele no futuro. Ou seja, a imagem de ator resultou abalada em consequência da descoberta de um estigma, isto pode prolongar-se por toda a vida do indivíduo.

Dou por estabelecido, então, que os contatos, aparentemente causais da vida quotidiana podem, ainda assim, constituir algum tipo de estrutura que prende o indivíduo a uma biografia e, isso a despeito da multiplicidade de eus que o papel e a segregação de audiências lhe permitem. (GOFFMAN, 1980, p. 84).

É pela consciência da marca de um estigma que o autor explora a variedade de estratégias que os estigmatizados empregam para lidar com a rejeição alheia e a complexidade de tipos de informação sobre si próprios que revelam aos outros. No campo da política observamos uma estratégia padrão: qualquer que tenha sido o envolvimento do político com um caso de corrupção a ordem é encobrir, não falar sobre. Caso o assunto seja mencionado o político, geralmente, opta pela declaração de que é inocente e foi injustiçado. No entanto, a regra é não mencionar o fato de tal

forma que fique esquecido e, na contra mão, lançar estratégias que façam com que o político pareça um homem honesto e “transparente”

Mas existem outras formas de “encobrimento” no campo da política. Vejamos: No pleito em que o Vereador deste grupo de entrevistados concorria ao cargo de vice-prefeito, tivemos a oportunidade de acompanhá-lo na preparação do candidato a prefeito de sua chapa, para um debate. O confronto aconteceria na sede da rádio local, e seria transmitido ao vivo. Só concorriam ao pleito duas chapas e, desta forma, o embate seria frontal.

No local da preparação estavam os dois cabeças da chapa, um deputado natural do município, um “marqueteiro”, e dois assessores do prefeito. A estratégia para preparar o candidato foi montar um teatro, onde um assessor se passava pelo oponente e o “marqueteiro” pelo intermediador. Foram disparadas perguntas, relacionadas por temas específicos. O candidato respondia, o assessor simulava a resposta do oponente, e o aspirante a prefeito tinha que rebater. Foram cinco horas de preparação e, para cada pergunta feita, a resposta era formulada pelos seis “assessores” presentes.

Foram varias as vezes que a equipe modificou drasticamente a fala do candidato. O deputado, que já havia sido prefeito por dois mandatos da mesma cidade, era quem mais influía no texto, e o “marqueteiro” na forma de falar.

Você precisa rebater com dados, não com ‘eu acho que isso, ou aquilo’. O cara [oponente] é advogado e vem te desqualificando, dizendo que tu não és preparado, tem que mostra para ele e para população que tu é. Mostra conhecimento de causa, leva os dados. E acusa ele, que era secretário da saúde, pela má gestão saúde. Mas, para você acusar o cara na área dele, tem que tá com “bala na agulha”, não é hora nem momento para “comer mosca”. (Assessoria do Vereador Informante).

Durante o período que acompanhamos os bastidores desta campanha eleitoral, foi possível confirmar que o candidato era realmente introspectivo e que

não parecia preparado para a administração de um município. No entanto, com a intensa preparação dos assessores e com os artifícios para fazê-lo parecer competente, é plausível confirmar que a ação da assessoria estava tornando aquela figura política diferente aos olhos da população. Em outras palavras o homem inseguro e despreparado que entrou na sala, a fim de se preparar para o debate, não parecia ser o mesmo homem que com confiança e bom embasamento enfrentou o oponente no dia seguinte.

Ao ouvir o debate foi possível marcar os pontos exatos em que o candidato aceitou e desempenhou o que lhe foi aconselhado. Apesar de se negar a acusar o oponente e resistir ao tom agressivo que lhe foi indicado, o político usou, no debate, quase todas as informações que lhes foram passadas, e chegou a responder de forma integral e decorada a resposta de uma pergunta que havia sido ensaiada.

Este foi um comportamento recorrente. Em todas as ocasiões em que acompanhamos bastidores e palco, do teatro da representação política, foi possível identificar pontos que foram previamente acertados, em conjunto pelo elenco, e dramatizados pelo protagonista no ato.

Estas, e outras experiências vivenciadas na fase de entrevistas, dessa pesquisa, mostraram que a real pessoa e condição de um ator político são alteradas com artifícios utilizados pelo ator e seus assessores. Como exemplo disso, presenciamos um diálogo onde o assessor sugeria ao chefe que retirasse alguns imóveis de seu nome a fim de diminuir o volume de bens no seu perfil disponível no site do governo. Na lógica do subordinado, em tempos de tantos casos de corrupção e da descrença na classe política, não era bem visto pela população um político com mais de vinte imóveis em seu nome.

Parte do trabalho do assessor de imprensa é comprovar, mesmo sem ser provocado por denúncia, que seu chefe é um homem “transparente”, esta é a terminologia para: político correto, que não tem nada a esconder. A comprovação de idoneidade é feita não para órgãos oficiais, mas para a população. A assessora de imprensa do Deputado Estadual revelou que:

(...) em tempos do “politicamente correto”, é preciso ter muito cuidado com que se diz e divulga. Ao contrario da justiça onde todos são inocentes até que se prove o contrário, na política, todos os políticos são “ficha suja”, até provarem que são “ficha limpa”.

Novamente nos confrontamos com as considerações de DaMatta (1979) entre o pessoal e o impessoal, o público e o privado, o anônimo e o conhecido, o universal e o biográfico. Estar nos bastidores do teatro político, nos permitiu presenciar que existe uma peneira entre o que acontece e o que é divulgado, nem sempre é por existir alguma coisa ilícita, mas, sim porque, assessores ponderam que certas ações e posições não seriam bem vistas pela população.

3.2 Assessoria eficiente, político proeminente

A pesquisadora atua há quatro anos como assessora política e acompanhou durante os dois anos da construção desta pesquisa a rotina de profissionais dessa área. É possível afirmar que este é um trabalho maçante que não acaba quando encerra o expediente. O assessor de um político e, sobretudo o assessor de imprensa, precisa estar constantemente atualizado sobre o que é publicado na mídia. E não é somente sobre o que sai a respeito do seu chefe, mas, também sobre o que sai sobre o partido do político, ou sobre o governo que o mesmo é aliado ou oposição. Os assessores de imprensa mais valorizados (pela equipe, ou pelo próprio político) com que tivemos contato, foram pessoas que nos confessaram acordar de olho no jornal e dormir de olho no computador.

A vigilância dos assessores no cenário político é importante porque permite ao parlamentar e sua equipe pensar as formas de atuar dentro do campo, conforme a configuração. Estivemos presente em uma situação que o assessor de um Deputado Federal deu para o mesmo ler uma pequena nota de cinco linhas publicada no jornal, ao fim da leitura o Deputado disse:

Sim eu já li, e daí? A resposta do assessor foi: E daí Deputado que eu acredito que o partido esteja dando sinais de que vai se aliar ao

governo, enquanto o senhor é franca oposição. Os caras estão deixando o senhor de lado. (Assessoria do Deputado Federal Informante).

No mesmo dia o Deputado buscou saber e teve a confirmação de o partido iria se aliar integralmente ao governo Federal nas próximas eleições. E esta informação foi extremamente importante para que o político pudesse encontrar uma forma de ficar confortável com seu eleitorado em meio a esta nova articulação. Este foi um exemplo, em que ficou muito claro para nós, que uma equipe de assessoramento parlamentar é muito determinante na construção da trajetória política e, concomitantemente, na edificação do personagem político que “dirige” esta trajetória.

Em uma conversa informal com um Deputado em que realizamos a técnica de observação participante em seu gabinete na Câmara dos Deputados o mesmo confessou:

Existem dois caras dentro do meu gabinete que foram fundamentais para a minha atual posição aqui dentro do congresso. O meu chefe de gabinete e o meu assessor de imprensa aqui de Brasília são figuras de extrema importância neste processo. Esses caras vivem para o trabalho, eles deixaram mulher e filhos no sul e vieram para cá metre a cara no trabalho mesmo, com eles não tem ruim, depois de dois anos aqui dentro do congresso eu já tinha mais respeito, caminho livre e já tinha conseguido mais emendas do que deputados que estavam no segundo, terceiro, quarto mandato [...]. (Deputado Federal Informante).

A política é um campo de ideias, projetos e palavras, especialmente o legislativo é o campo das discussões verbais, um político - podemos afirmar - é tanto aquilo que faz quanto o que fala. A marca do ator político é o discurso, e dentro desta perspectiva percebemos que uma equipe de assessoramento tida como eficiente é aquela que fala a mesma língua de quem ela representa.

O cara para me assessora, me representa ele tem que saber o que penso, tem que conhecer minha história, meu estilo, tem que conviver comigo e entender o que eu penso. Para falar por mim, então, o cara tem que conhecer, caso contrário não está autorizado. (Deputado Federal Informante).

A expressão “o cara precisa me conhecer” foi recorrente quando questionávamos os representantes do legislativo sobre como instruir um assessor para representa-los. Em suma o que os políticos explicavam é que, para representar um personagem público, a equipe precisa estar afinada, trabalhando junto e conhecendo profundamente a trajetória, ideologia e as pretensões políticas de seu chefe.

Este é meu primeiro cargo como representante política, eu atuava no jornalismo. Assim que me elegi e montei a minha equipe realizei um workshop, que se repete todo início de semestre, num local fora do senado, em um café da manhã. No primeiro encontro, no início do mandato eu quis mostrar quem é a Senadora (diz seu nome), porque eu vim para o senado e o que eu vim fazer aqui, que bandeiras eu trouxe, para que as pessoas que vinham trabalhar comigo e não me conheciam, não sabiam como eu era, soubessem como eu sou e soubessem os compromissos que eu assumi lá na campanha eleitoral. (Senadora Informante).

Tivemos a oportunidade de presenciar a dinâmica de uma equipe com problemas de relacionamento. No caso do Deputado Federal Informante permitiu a observação participante, o chefe de gabinete e a secretária do parlamentar trocavam farpas a todo o momento (quando o Deputado não estava presente). Só de observar, foi possível concluir que, além de muito retrabalho, essa situação culminou no mau atendimento de prefeitos e vereadores que visitavam o gabinete do Deputado. A conjuntura já estava incomodando os outros colegas de gabinete e inclusive o parlamentar já havia percebido o conflito, nos revelando que não estava conseguindo suportar a situação e que agendaria uma reunião com toda equipe para saber o que realmente estava acontecendo.

A questão do afinamento da equipe reflete diretamente sobre a eficiência da mesma, pois o trabalho de assessoramento é algo que se faz em grupo. Um exemplo da importância do afinamento da equipe para a boa representação parlamentar é um programa de computação chamado *gestor político*, utilizado por alguns parlamentares. Neste programa cada assessor possui uma chave e senha para acessar a programação. Toda vez que surge uma demanda no gabinete o assessor (todos os assessores podem) lança a mesma no *gestor* e seleciona um ou mais colegas que seriam os mais indicados para resolver tal pendência e estes colegas recebem um e-mail com a notificação de que existe uma demanda pendente em seu nome. Entrando no programa eles podem visualizar o que é, e a descrição do que precisa ser feito, existe meta e prazo para a solução desta questão.

Eu tenho um controle de qualidade rigoroso, e exijo que o trabalho seja feito em conjunto. Porque, se as pessoas não trabalham em conjunto um só carrega o piano e os outros o banquinho. Então eu quero que todos carreguem junto o piano porque o piano fica mais leve, fica do peso do banquinho. (Senadora Informante).

Percebemos que o trabalho realizado durante o mandato parlamentar é algo que os próprios parlamentares consideram vital para o sucesso da próxima candidatura. A solução das demandas que chegam ao escritório, gabinete ou até o próprio parlamentar são encardas, por grande parte dos agentes políticos, como prioridade.

Como mencionamos no capítulo dois, muitas pendências são solucionadas em nome do Parlamentar sem que o mesmo tome conhecimento sobre o que esta acontecendo.

Muitos assuntos são resolvidos sem o meu conhecimento, por isso é preciso ter uma equipe preparada para resolver problemas, para dar respostas, para fazer sugestões. Não pode tudo parar em você, quando a questão entra através de mim e eu determino uma solução e ela volta, aí eu faço uma critica forte. A mesma questão pela segunda vez é porque não foi resolvido, ai eu cobro: Cara, o fulano tá

novamente aqui para fala comigo sobre a mesma situação, então o que vocês fizeram? (Deputado Federal Informante).

Este é um exemplo clássico de representação. O assessor na execução do seu trabalho é uma extensão da figura do político, quando o subordinado não resolve uma pendência é a imagem do ator político que se desgasta.

A totalidade dos políticos que entrevistamos ressaltou a importância da equipe de assessoramento para a construção de um personagem político. Todos eles ressaltaram um ou dois assessores como grandes articuladores na questão da manutenção de sua imagem. Assessores e políticos avaliaram as mídias e o ciberespaço como fatores que elevam a sintonia da equipe de assessoramento. Não houve contradições relevantes entre os relatos dados pelos assessores e pelos parlamentares. Há - de todas as partes - consciência de que existe um personagem político e que a manutenção deste é possível através de uma equipe de representação que atua como e em nome do agente político em diferentes ambientes físicos e virtuais.

Fazendo uma análise comparativa é possível afirmar que a jornada de trabalho dos assessores de imprensa que entrevistamos é muito semelhante. Estes profissionais estão constantemente trabalhando na manutenção da imagem do político. A forma pode variar um pouco, por exemplo: assessores que trabalham com políticos de maior representatividade no meio agrícola concentram-se em conseguir entrevistas de rádio e notas em jornais locais. Diferente dos assessores de um político jovem que entra em contato com seus eleitores via internet. De qualquer forma é correto afirmar que, quanto mais conectado com seu público, maior a visibilidade do político e do seu trabalho.;

(...) olha o cara mal assessorado não vai muito longe, neste meio se destaca quem tem consistência. Os outros vêm ficam um pouco, mas logo empalidecem. E às vezes o político pode até ser bom, mas mal assessorado não vai longe. Do contrário também existe. Político raso que tem a sorte de contar com bons assessores, mas não dá para

*segura muito tempo. Tem que ter harmonia e comunhão. Mas uma coisa eu falo, **assessoria eficiente, político proeminente**. Eu sempre digo isso, porque meus assessores são meus olhos, minhas mãos, minhas pernas. Se eles estiverem trabalhando, então eu vou estar trabalhando duas vezes. A ação deles é diretamente vinculada a minha pessoa. E uma pessoa para ser assessora de um político precisa gostar do que faz e principalmente gostar do meio, porque tu não vem aqui e bate o ponto. O cara chega aqui cedo e vai embora quando dá, fim de semana não desliga o telefone, carrega o computador, recebe demanda, resolve 'pepino'... Esse meio não para, lidamos com demandas humanas e o mundo não para no fim de semana. (Deputado Federal Informante).*

Foi possível perceber sempre muito entusiasmo nos momentos que estes agentes nos relataram suas atividades. A percepção da pesquisadora era de que a representação de um personagem político passa por uma “admiração” do representante pelo seu chefe. Essa foi uma impressão recorrente, a maior parte dos assessores que entrevistamos são partidários e ingressaram na militância do partido mesmo antes de se tornarem assessores parlamentar.

Objetivamente o trabalho destes profissionais é administrar e representar o personagem social da pessoa que é política. Assim como qualquer ser humano, o político é um ser atuante que age e reage aos estímulos à sua volta. E, sem dúvida, a ação de seus assessores, age sobre a sua personificação. Também é verdade afirmar que a pessoa do político atua sobre o personagem do assessor. A atuação do assessor sobre a persona de seu chefe foi observada em diversos ângulos e situações, de tal forma que é possível afirmar que o ‘eu’ político é formado por uma equipe que tem um valor determinante sobre a sua personificação.

4 IDENTIDADE ON-LINE - IDENTIDADE OFF-LINE

A tendência se desenha claramente. Nos primeiros decênios do século XXI, mais de 80% dos seres humanos terão acesso ao ciberespaço e se servirão dele cotidianamente. A maior parte da vida social tomará emprestado esse meio. Os processos de concepção, produção e comercialização serão integralmente condicionados por sua imersão no espaço virtual. As atividades de pesquisa, de aprendizagem e de lazer serão virtuais ou comandadas pela economia virtual. O ciberespaço será o epicentro do mercado, o lugar da criação e da aquisição de conhecimentos, o principal meio de comunicação e da vida social. (Pierre Lévy, 2000,p.51 – A Conexão Planetária)

O surgimento das redes sociais e da Web 2.0 mudou o processo de disseminação da informação em todo o mundo. Estas ferramentas alteraram as relações de comportamento e aproximaram pessoas comuns de agentes públicos e instituições. A abordagem deste tema, por si só, valeria a dedicação de uma pesquisa focada somente nas novas formas de comunicação virtual. Sendo assim, é justo dizer que vamos fazer apenas um breve estudo sobre o ciberespaço no que tange a questão da atuação política no ambiente virtual.

A inserção dos políticos brasileiros no universo virtual, ainda é um tópico recente, no entanto já vem gerando muito interesse dentro das ciências sociais. É pela “juventude” do tema que consideramos um estudo aprofundado tão valioso neste momento. Registrar o começo de um processo social que prenuncia ser tão determinante para o futuro da história política no Brasil (e no mundo) seria de muito valor para ciência política.

Todos os caminhos apontam para o uso cada vez mais freqüente e ativo dos meios virtuais pelos dos políticos. Recentes estudos marcaram o uso tímido, mas já considerável, das ferramentas virtuais por parlamentares no Brasil. O site revista época publicou em novembro de 2012 o seguinte texto:

Um levantamento feito pela Medialogue, agência digital de pesquisa em mídia, mediu o nível de interatividade dos 513 deputados federais e 81 senadores. A conclusão: apesar de vivermos em plena era digital, os políticos

ainda estão desconectados. Apenas um terço deles oferece contato por e-mail. Menos de 20% fazem consultas aos eleitores usando enquetes on-line. E só 23% dos senadores atualizam um blog regularmente. “Eles exploram pouco as possibilidades da rede”, afirma Alexandre Secco, diretor da Medialogue e coordenador da pesquisa. “A maioria trouxe os vícios da comunicação analógica para o mundo digital. Só oferecem informações que interessam a eles mesmos.” Há iniciativas que fogem à regra. O deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ) tem um blog com denúncias e usa o Twitter para responder a dúvidas de seus eleitores. A deputada federal do Rio Grande do Sul Manuela D’Ávila (PCdoB) tem dois blogs (um pessoal e outro político) e usa várias formas de interação. Manuela usa até o Formspring (serviço on-line de perguntas e respostas) para se comunicar com o eleitor.

De qualquer forma, este trabalho se limitará a análise do que fere a representação e construção da persona do político. O ciberespaço se tornou uma poderosa ferramenta para esse propósito. É possível afirmar, de forma sintetizada, que existem dois fins para a ação política no espaço virtual: a captação de eleitores (votos) e a divulgação do trabalho do representante social.

As duas formas se relacionam diretamente, uma vez que, quando um parlamentar usa a ferramenta social para divulgar ações, ele também está buscando alcançar novos eleitores. Dentro da divulgação do trabalho está muito forte a “prestação de contas”. Como foi mencionado nos capítulos anteriores, o político hoje no Brasil, vive sob a sombra da desconfiança. A internet se transformou em uma ferramenta muito utilizada por estes agentes para prestar contas do seu mandato, suas ações, esclarecimentos sobre possíveis provocações ou acusações. Veremos isto no decorrer deste capítulo.

É importante, no entanto, compreendermos de antemão que no ciberespaço o político estabelece um canal de comunicação direto com os eleitores, e pode fazer isso de forma massiva, atingindo um número expressivo de potenciais eleitores. Porém, à medida que uma personalidade política expõe sua figura na internet e, através dela, estabelece diálogo com um grande número de eleitores, este político está atraindo uma demanda que em pouco tempo não poderá ser sanada por um

único indivíduo. Veja a publicação da Deputada Federal na sua página da rede social:

Está difícil administrar vários perfis, então quero concentrar tudo na fan page, onde o número de amigos não é limitado. Isso também vai facilitar a interação. Curta minha página e manteremos contato.

A assessoria da Deputada Informante nos revelou que ela é extremamente “conectada” e que tem dificuldade de se desvincular das redes sociais mesmo em dias de descanso. Apesar de toda a dedicação a parlamentar não está conseguindo suprir toda a demanda enviada pelos milhares de “amigos virtuais”. Por isso a necessidade de concentrar todos na *fan page*, desta forma ela não precisaria repetir diversas vezes a mesma mensagem em diferentes perfis. Esta unificação suavizaria parte do trabalho.

A maioria dos políticos com quem conversamos relatou ter mais de uma página na mesma rede social, em função de já ter alcançado o limite no primeiro, segundo e às vezes até terceiro perfil. À medida que o número de “perfis” e amigos aumenta, também cresce o tempo de dedicação necessário para manutenção de tudo isto. É neste momento que acontece a “terceirização do eu”, fenômeno que será o mote deste capítulo.

Entretanto, para que o leitor compreenda a importância desta análise para este trabalho, recorreremos aos dados coletados na pesquisa de campo. Levamos em consideração que, todos os políticos da amostra mantinham contas em pelos menos três redes sociais, todos utilizavam mais de três endereços de e-mail e todos contavam com assessores que prestam suporte nos assuntos relacionados à internet. De forma que, foi percebida a impossibilidade de ignorar este campo no que tange a questão da construção da persona política.

Este capítulo irá relacionar a abordagem e o vocabulário de Goffman (utilizados nos capítulos anteriores) com a de Pierre Levy (1999). De forma que vamos buscar refletir sobre a “atuação” e “personificação” do “ator” político que “navega” na “rede virtual”.

Não é possível para este trabalho, nem é nossa intenção, fazer uma distinção entre a identidade on-line e a identidade off-line. No caso da persona política é possível afirmar que ambas “identidades” são congruentes e complementares. O personagem político que se apresenta e fala no palco real repete o mesmo discurso na esfera virtual.

São muito discretas as variações deste personagem, causadas pela troca de cenário (do real para o virtual). Podemos salientar que a ausência da pessoa física no ciberespaço, “libera” o político, assim como os outros internautas, ao ponto de o mesmo lançar duras críticas a governadores e/ou presidentes. Algumas vezes é possível perceber que críticas que não seriam feitas face-a-face, na internet são postadas com frequência.

O que de fato existe, no entanto, é um indivíduo na esfera virtual. Este agente tem características posicionamentos, mas, sobretudo, ele tem uma reputação online. Conceituamos que a web 2.0 criou a reputação *virtual*, onde o indivíduo é avaliado, entre outras coisas, pela presença e classificação no Google; pelas suas conexões e recomendações; se possui site pessoal ou blog na internet; se tem página no Facebook; canal no YouTube; seguidores no Twitter, etc..

O político, por sua vez, está cada vez mais consciente da propagação da sua imagem e reputação pelas mídias virtuais. O grupo de políticos informantes desta amostra se mostrou interessado em atuar de forma cada vez mais ativa nas redes sociais. Seus assessores nos revelaram “clipar” todos os dias sites e blogs políticos a procura de matérias relacionadas à persona do político. “Clipar”, na linguagem jornalística significa procurar e copiar matérias sobre assuntos de interesse.

Os assessores de imprensa nos revelaram que a “clipagem” é estrategicamente muito importante e que deve ser feita na primeira hora da manhã. Isso porque, à medida que o assessor lê uma matéria ou nota sobre seu chefe, ele pode, no caso de algo negativo, agir imediatamente no sentido de “reparar” e, no caso positivo, agir no sentido de divulgar.

Contamos com um mailing de mais de 40 mil E-mails. Eu envio matérias, artigos e discursos do Deputado quase que diariamente, além da agenda dele que vai todos os dias pela manhã. (Assessor Deputado Federal Informante)

É possível afirmar que o assessor de imprensa é mais conectado que o próprio político, na maioria dos casos. O que não é nenhuma surpresa, uma vez que a imprensa, campo de atuação deste profissional, está cada vez mais virtual. Percebemos que atento ao conhecimento do assessor para estes assuntos, o político costuma avaliar com este profissional sua atuação no ciberespaço. Observamos o seguinte diálogo entre o Deputado federal e seu assessor:

O senhor não pode ser leviano nas suas acusações via facebook e twitter. O seu eleitor confia e considera muito a sua opinião. O ataque leviano ao governo federal pode desgastar a sua imagem. Por mais que os partidários te “aplaudam” o que nós queremos é atingir novos eleitores. (Assessor Deputado Federal Informante)

A assessoria do Deputado Federal Informante foi, entre as analisadas, a que mais agiu no sentido de moldar a postura do seu chefe. Apesar de o político ser um homem de posições fortes e discursos incisivos e calorosos, percebemos muita atenção de sua parte aos conselhos de sua equipe de assessoramento. O próprio assessor de imprensa que trabalha com o Deputado em Brasília, destacou a disciplina do seu chefe na busca por melhorar sua postura e desempenho político. “embora ele não mude sua atitude forte, o que já é a sua marca, ele costuma ouvir e abrandar o tom, quando consideramos necessário”, relatou o assessor.

No caso do Deputado Estadual Informante, observamos que este usa a tribuna da Assembleia legislativa para fazer seu papel de oposição ao governo estadual, no Twitter ele não age diferente. Na esfera virtual, no entanto, a oposição parece um pouco mais direta. O mesmo percebeu-se no caso do Deputado Federal Informante. As críticas proferidas ao governo de estado e federal, através das mídias sociais contêm o nome dos criticados, fato que no discurso off-line ficava sempre nas entrelinhas.

O eleitor, por sua vez, é o personagem mais ousado do ciberespaço. Nos anos em que a pesquisadora trabalhava como assessora de imprensa política, nunca presenciou críticas proferidas face-a-face como as que se lê na internet. Muitos “cibereleitores” aproveitam do espaço virtual para lançar suas censuras e descontentamentos aos políticos. A prova disto são as manifestações que iniciaram no mês de junho de 2013, e que foram articuladas pela internet, por indivíduos descontentes com os políticos brasileiros.

Durante a pesquisa de campo percebemos que os candidatos não intensificaram o uso da internet tanto quanto os eleitores, é preciso levar em consideração que o número de eleitores é muito superior ao número de políticos. No entanto, é muito intenso o movimento de mensagens de apoio ou críticas a políticos neste campo.

Durante o pleito de 2012 chamou a atenção no Facebook que, além da página dos candidatos, os apoiadores usaram as redes sociais para compartilhar

informação e monitorar os adversários. Essa prática fomentou a discussão, e em alguns momentos, os comentários ficaram agressivos entre os eleitores. Os sites dos candidatos (que fizeram parte do grupo de informantes) e suas páginas nas redes sociais foram bastante interativos. De qualquer forma a maior preocupação dos candidatos ainda é com os programas de rádio e TV e o contato direto com o eleitor.

Após observações direcionadas ao universo das campanhas eleitorais via internet e através do que se leu sobre o tema, podemos afirmar que os eleitores estão provocando os políticos a serem cada vez mais ativos neste campo. A população passou a procurar informações políticas na internet, e esse interesse vem sendo percebido pelos políticos.

Ainda sobre as manifestações iniciadas em junho do presente ano, uma pesquisa divulgada pelo programa televisivo Fantástico, no domingo de 30 de junho de 2013, anunciou que 70% da população, que estava protestando na rua, garantiu ter se mobilizado por mídias sociais. Fatos como este reforçam a ideia de que o ciberespaço, entre tantas outras funções, é também, agora, um espaço político utilizado por todos os atores envolvidos neste processo. Segundo a Deputada Federal Informante:

Intensificar a mobilização social na internet é fundamental para transformar a realidade cotidiana do Brasil nesta caminhada por mais igualdade e desenvolvimento. A ação nas redes contribui decisivamente na consolidação desse processo de mudança.

A persona do eleitor, contudo, não será analisada nesta dissertação e para que possamos prosseguir a reflexão sobre a ação do político e seus assessores neste campo, precisamos primeiramente definir qual o conceito que adotaremos para “cibercultura” e “ciberespaço”.

4.3 Contextualizando ciberespaço

“Como uso diversas vezes os termos “ciberespaço” e “cibercultura”, parece-me adequado defini-los brevemente aqui. O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge na interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (Levy, p.13, 1999)

Antes de elucidarmos o conceito que adotamos para esses neologismos que circundam este capítulo, é importante sublinhar uma questão: apesar de incluirmos um capítulo separado para introdução da construção da persona política no ciberespaço, nós não fazemos está separação. Melhor dizendo, a análise é feita separadamente, por uma questão de organização, no entanto o impacto das ações no espaço virtual ou “real” são, ao nosso entendimento, resultantes em uma única persona. Apesar de nos apropriarmos do termo mundo “real” e virtual, compreendemos que existe um só mundo e que todas as ações analisadas nesta pesquisa constroem um mesmo personagem que é avaliado por milhares de eleitores através de mecanismos diversos.

O ciberespaço está dentro do universo real e não ao lado dele. Nas palavras de Levy (p.20, 1999) “o ciberespaço acompanha e traduz e favorece uma evolução geral da civilização, uma técnica é produzida dentro de uma cultura”. Por isso, quando se lê “espaço virtual”, “espaço real” e comparações afins, na realidade estarão se analisando procedimentos que resultam em um mesmo fim, este fim é o objeto desta pesquisa: o personagem político.

Dito isso, vamos procurar esclarecer a terminologia ciberespaço através das palavras do filósofo Pierre Levy (p.92, 1999).

A palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de

conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural... O termo foi imediatamente retomado pelos usuários e criadores de redes digitais. Existe hoje no mundo uma profusão de correntes literárias, musicais, artísticas e talvez até políticas que se dizem parte da “cibercultura”. **Eu defino ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores. (grifo nosso)**

Assim, ciberespaço para esta pesquisa é o espaço de comunicação criado por uma rede de interconexão entre computadores. Imersos nesta rede estão novos modos de comunicação e interação possibilitados por este meio.

Entre essas inovações está a possibilidade de ter acesso e interação com indivíduos que estão distantes geograficamente. A rede não possui limite para o número de usuários que um único indivíduo pode alcançar e é certamente este ponto que mais atrai os políticos para o espaço virtual.

Apesar de o ciberespaço ser um universo virtual “criado” por máquinas (computadores, tablets e telefones) os habitantes deste universo são as pessoas. (Sherry Turkle, 1997, p. 263) chamou a atenção para isso há mais de duas décadas: “Mais no final da década de 80, começou a ficar claro para mim que as experiências na Internet, onde as pessoas não se relacionam com o computador, mas com outras pessoas através do computador”.

No campo político existe um fato interessante o político que age, dialoga e investe tempo em relações virtuais tem como objetivo final uma ação no campo “real”. Vejamos, é legítima a busca pela divulgação do trabalho e propagação de idéias de um político que, sobretudo, atua em um estado democrático, no entanto esta “batalha” tem como objetivo final a aprovação do eleitor ao ponto de que este eleitor eleja-o como candidato. E para eleger o eleitor precisa votar. O voto é muitas vezes o fator motivacional do político e este voto não pode ser virtual ele precisa ser “real”.

4.2 Tecnologias de informação atuando na imagem de um político

Diante dessa nova realidade, as mídias tradicionais estão se adaptando e, cada vez mais, passam a interagir com os leitores, dando-lhes a oportunidade de sugerir pautas, enviar fotos e vídeos, além de comentar matérias e *posts* de colonistas. A dinâmica desse processo também interferiu diretamente nas relações de personalidades públicas com a sociedade. Fãs conseguem falar com atores e músicos de qualquer nacionalidade, eleitores acompanham de perto as ações de políticos em que votaram e dos que não votaram, promovendo debates, fiscalizando os recursos públicos e denunciando indícios de corrupção.

A internet virou eficiente mecanismo de combate à corrupção. Antes de se tornar popular, denunciar um pagamento de propina era um processo burocrático que esbarrava em repartições públicas, longos processos jurídicos e caros advogados. Hoje, com um *e-mail*, alguns cliques ou uma mensagem de texto, é possível fazer denúncias de todo o tipo em sites como o Contas Abertas (www.contasabertas.com.br). À medida que aumentou o poder de cobrança por parte da sociedade, os políticos passaram a se preocupar mais com a prestação de contas. E as mídias sociais tornaram-se importantes canais para ouvir e falar com o eleitorado. Estas ferramentas também passaram a ser utilizadas na busca da conexão eleitoral.

O ciberespaço também possibilitou a criação de plataformas suplementares importantes para a participação política. Ela permite envolver diferentes parceiros de interlocução, com a troca de *e-mails*, fóruns de discussão, conferências. Dessa forma, o público e políticos podem se comunicar de maneira rápida, direta e sem obstáculos burocráticos. A rede funciona como um instrumento de democratização da política institucional-formal e de participação da sociedade civil.

O fato é que as redes sociais mudaram as relações de comportamento entre pessoas comuns, agentes públicos e instituições. Além de promover maior conexão,

proximidade e transparência, afinal, na rede, a distância física e o tempo são elásticos.

Um estudo realizado pela consultoria “comScore2”, divulgado em março de 2012², demonstra que 90,8% dos brasileiros que usam a internet acessam redes sociais. No que tange ao interesse da população por assuntos políticos, 56% dos entrevistados concordam que existe influência dos comentários nas redes sociais em assuntos políticos, bem como, para abaixo-assinados, mobilizações em prol de uma causa e eleições.

O que percebemos é que as redes sociais estão, discretamente, fazendo políticos se comunicarem de maneira menos genérica. É possível perceber um discreto avanço no diálogo entre o político e um indivíduo de forma que a população está conseguindo provocar, ao poucos, respostas diretas de seus líderes. O Twitter e o Facebook funcionam hoje como uma central de divulgação do trabalho do político. Se o indivíduo está satisfeito com o político, utiliza seu poder de disseminação e o divulga com uma vontade enorme. Mas, se não está satisfeito, é capaz fazer um estrago. O assessor do Deputado Federal Informante relatou que é preciso ser cuidadoso e ágil ao lidar com cibereleitores. Para ele o mais complicado é lidar com eleitores bem informados que criticam e argumentam com propriedade. Segundo o mesmo as inverdades, no entanto, não se sustentam, nem mesmo, no ciberespaço:

Surgem boatos que você não sabe qual o fundamento. Já desmentimos boatos de que o Deputado estava saindo do partido, de que havia brigado com colegas do parlamento entre tantos outros. O ponto positivo é que boatos infundados podem gerar grandes polêmicas, mas não se sustentam. É importante responder antes que

² Disponível em:

MIDIATIX. **Redes sociais já são a segunda principal atividade dos brasileiros na internet.** <<http://www.midiatix.com.br/redes-sociais-ja-sao-a-segunda-principal-atividade-dosbrasileiros-na-internet/>>. Acesso em: 15.abr.2012

as especulações tomem proporções inimagináveis, porém tem que se ter cuidado para não “dar ibope” a quem só está a fim de plantar boataria para prejudicar a imagem do político.

O ambiente virtual possibilita agilidade para desmentir boatos, esclarecer mal entendidos, responder a críticas, e agradecer o apoio de quem expressa sua opinião. As mídias clássicas sequer abrem espaço para tais ações. Este espaço é adequado para o político estabelecer uma interação com o seu público-alvo, conferindo se ele manifesta um interesse maior pelo que foi publicado.

O que podemos afirmar é que a tecnologia da informação criou novos padrões e modais de atuação para o homem (leia-se político). Dentro deste contexto esses padrões são acentuados. Existia uma forma ampla de atuação dos políticos e assessores antes da internet e seus “facilitadores” e outra, ainda maior, depois deste avanço tecnológico. A senadora informante, afirmou repetidas vezes, em nossas entrevistas que:

Homens e mulheres que não estiverem atentos e conectados com a nova era da informação estarão à margem do processo de evolução da política e da própria democracia no Brasil.

Segundo o jornalista Rodrigo Capella, não é precipitado afirmar que os melhores profissionais de comunicação estão inseridos em uma esfera totalmente digital, constituída, principalmente, pelo Twitter, Facebook, blog, Listal, Delicius, Orkut, YouTube e MySpace, entre tantas outras social medias.

(...)faz-se necessário manter a reputação, se aproximar dos consumidores e traçar estratégias para interagir e conquistar um novo público. Para que isso ocorra, há um cenário totalmente favorável. Pesquisa da Nielson Online aponta, por exemplo, que no Brasil mais de 80% dos usuários de internet já frequentam redes sociais, um número maior do que a média mundial, que é de 67%. (Capella, Publicado em 17/06/2009 no Observatório da Imprensa)

Podemos considerar aqui o político como uma marca que têm necessidade de proteger sua identidade e manter sua reputação. “Neste contexto, o papel do assessor de imprensa é importantíssimo para que alguns eventuais desvios não ocorram. O primeiro é a falta de clareza nas mensagens e a tentativa de enganar o consumidor”, defini Capella.

Os assessores de imprensa ainda estão em um processo de descobrimento e adaptação a este “novo campo de atuação”. Logo que a internet surgiu como ferramenta de ação política, a pesquisadora vivenciou casos em que políticos permitiram que seus assessores postassem e respondessem mensagens virtuais assinando em seu nome. No entanto, a prática começou a ser mal vista pelos “cibereleitores” que em determinadas situações desconfiaram das mensagens. E então o que era para ser uma forma de “agradar” o maior número de pessoas passou a ser uma prática condenável. Veja a mensagem que encontramos no perfil virtual de um candidato a prefeito:

...acabo de receber uma resposta assinada (via facebook) do ilustre candidato a prefeito sobre uma solicitação feita há duas semanas. Qual o meu espanto? Falei sobre o assunto com ele pessoalmente há dois dias e informei que o problema havia sido solucionado. (...) se engana o eleitor hoje, o que poderemos esperar do senhor, caso eleito?

A estratégia de autorizar terceiros e falar e assinar pelo político aos poucos vem sendo recriminada pelos internautas. O que presenciamos em nossa pesquisa de campo foi assessores com livre acesso nas mídias sociais se seus chefes, atuando dentro destes espaços, porém, na maioria dos casos, estes assessores assinam em nome da equipe. Do contrário, dissimulam com muito cuidado essa “terceirização do eu”, a fim de, não correrem o risco de serem desmascarados.

A Deputada Federal Informante criou dois perfis em cada mídia social, em um deles, somente ela tem acesso e somente ela escreve. O segundo é o perfil do mandato, que ela e seus assessores possuem acesso e autonomia para gerencia-lo, no entanto cada um assina com sua própria assinatura.

A assessoria de imprensa do Deputado Estadual informou que:

...só nos manifestamos e assinamos pelo Deputado, se ele nos envia o texto pronto. Às vezes acontece de ele estar em algum lugar e me enviar uma mensagem de texto pedindo para postar um texto que ele manda na mensagem. Os aniversários, também, já têm alguns modelos de felicitações e quando necessário enviamos com o nome dele, do contrário não tem muito valor para o eleitor.

4.3 Simultaneidade de presenças

Para introduzir este subcapítulo cabe a repetição de parte de uma citação da introdução. Sherry Turkle em 1997, falou sobre a possibilidade de alternar aspectos do eu no ciberespaço, neste trabalho vamos intitular este fenômeno de simultaneidade de presenças.

*Na internet, você se vê atuando em sete janelas abertas na tela, assumindo literalmente diferentes personalidades em cada uma dessas sete janelas, tendo todo o tipo de relacionamento, alterando e desempenhando todas essas funções simultaneamente, deixando partes de si mesmo nas diferentes janelas, nos programas em que escreveu e que o representam enquanto você está em outra janela. Sua identidade é distribuída em uma série de janelas. Cada vez mais, a vida na tela também oferece uma janela para o que somos na vida fora da tela: **somos pessoas que alteramos aspectos do eu**. Mas, evidentemente, a vida na tela aumenta o poder dessa qualidade de “alternar” aspectos do eu. Considero esse um dos aspectos mais estimulantes da vida on-line: é tão diferente, mas, profundamente, conseguimos identificá-lo. (Turkle, 1997, p.264). (grifo nosso.)*

A internet possibilita ao internauta atuar em diferentes janelas executando diferentes identidades. Vejamos, acompanhamos a rotina de um parlamentar no congresso nacional, e presenciamos o Deputado respondendo a diversas mensagens de eleitores, ao mesmo tempo em que enviava mensagens para um filho que mora fora do Brasil.

Essa possibilidade de atuar em inúmeras janelas é um avanço que muitos internautas usufruem. No campo da política isto não é diferente, os políticos aproveitam a possibilidade de atingir o maior número de eleitores no menor espaço de tempo possível. Aproveitar ao máximo todos os canais midiáticos faz parte da estratégia da maioria dos parlamentares. Não há dúvidas de que hoje a comunicação digital é um dos meios mais poderosos e baratos. Não estar presente nesses espaços é desperdiçar um instrumento eficiente de construção de conhecimento, de interação com suas bases eleitorais e a sociedade em geral; e de auxílio na definição das ações do parlamentar.

Como já foi mencionado anteriormente, um dos grandes atrativos do ciberespaço para os atores políticos é a capacidade de “estar em diversos lugares ao mesmo tempo”. Esta habilidade adquirida através do virtual se denominará de “simultaneidade de presenças”.

Apesar de a internet facilitar o alcance dos políticos a múltiplos ambientes, este exercício exige tempo e dedicação, e sendo assim percebemos que todos os representantes desta amostra contam com sua assessoria parlamentar para assuntos relacionados à internet. É possível afirmar que cada político informante deste trabalho possui um ou mais assessores que além de suas habituais funções também executam o papel de *social media manager* (em português: gerente de mídias sociais).

A ação dos assessores nas mídias sociais de seus chefes denominou-se de “a terceirização do eu”. Desta forma é possível afirmar que a “terceirização do eu” é uma forma de potencializar ainda mais a capacidade de multiplicar presenças. São estes fenômenos, presenciados durante a pesquisa de campo, que vamos analisar na parte final deste trabalho, como forma de finalizar o processo que pesquisamos sobre a construção coletiva da persona política.

O grupo de entrevistados dessa pesquisa foi selecionado por serem considerados ativos no meio virtual, dentro do panorama brasileiro. Todos os políticos informantes que acompanhamos disponibilizavam de *smatphones* com internet, e todos estavam constantemente conectados às mensagens que recebiam em suas redes virtuais, site e/ou *microbolgs*.

Presenciamos uma situação em que um dos Deputados federais informantes ligou para o assessor e “encomendou” uma resposta para uma revista:

“Cara, prepara um texto sobre reforma política, para revista voto. Semana que vem eu sento contigo para revisar.

Aproveita o discurso que eu dei no último grande expediente, tá certo?”

Apesar de os políticos negarem a ação dos assessores em suas redes sociais, presenciamos que isto acontece de forma inevitável durante o dia-a-dia do parlamentar. Seja através de felicitações de aniversário ou através de respostas curtas e simples, o assessor se manifestou em nome do político em diversas situações que “flagramos” durante a execução da técnica observação participante.

A terceirização do eu acontece, de forma mais discreta, desde que eleitores passaram a se manifestar quando desconfiados de estarem sendo enganados por um assessor fazendo-se passar pelo político. Esta prática foi condenada pelos cibereleitores e por isso percebemos que há muito cuidado e receio quando questionamos aos políticos quem manuseia suas redes sociais.

Um exemplo do fenômeno da terceirização do eu é a manchete no site da Zero Hora (01/05/2013) que dizia: *“Chavistas retuítam mensagem de Chávez no 1º de Maio de 2012”*. O ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, morreu no dia cinco de março do presente ano, mas sua conta no *microblog* não foi suspensa. As mensagens postadas no Twitter eram cumprimentos aos trabalhadores pelo Dia do Trabalho.

Segundo a matéria do jornal Zero Hora, as frases foram copiadas de pronunciamentos, feitos há um ano. A repercussão deste fato foi internacional. Milhares de pessoas “retuitaram” as mensagens, entre elas o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. É evidente que neste caso, não houve a tentativa de enganar a população, mas de qualquer forma elucida como o “eu virtual” pode ser manipulado por outros agentes, até mesmo depois da morte do “eu real”.

De qualquer forma, a linha de atuação do assessor na internet é, geralmente, muito obediente a do seu chefe. No Brasil os políticos (leia-se seus assessores) ainda tendem a não querer polemizar, principalmente com seus eleitores. O que percebemos durante a pesquisa é que estes agentes estão

acostumados apenas a falar e serem ouvidos, não a ouvir. Não percebemos a internet sendo usada de forma significativa para o diálogo. Principalmente no Twitter, o que se vê é uma avalanche de diários pessoais em 140 caracteres, com os políticos apenas divulgando suas presenças nos mais diversos locais, recheados de arrobas apontando para perfis de correligionários, militantes, familiares e aniversariantes.

Vale destacar que apesar de parte da classe política ainda estar fora do ciberespaço, o número de políticos adeptos a este universo aumenta consideravelmente em cada eleição. É por isso que salientamos anteriormente, esta pesquisa visa, entre outras coisas, registrar o começo do que parece ser um novo processo de comunicação política.

O que percebemos é que político e seus assessores, atualmente, utilizam esta ferramenta muito mais para aumentar a visibilidade de suas ações nas redes sociais, o que vale também para quem está em pré-campanha para as próximas eleições. Afinal, a web vem se mostrando um dos principais termômetros dos anseios de uma sociedade cada vez mais digital.

Selecionamos os tipos mais frequentes de manifestações postadas por integrantes do grupo pesquisado nesta dissertação:

Vereador:

“Compartilhem essa informação: Recursos do Governo Federal para o município.”

“No salão Paroquial onde em alguns instantes ocorre a abertura das atividades do Seminário de Formação Pedagógica”.

Deputado Estadual:

“Estou em Arroio do Tigre reunido com lideranças, vereadores e secretários”.

“Estive reunido com lideranças em Sobradinho, agora estou em Segredo”.

“Estive reunido com vereadores e lideranças de Tunas, agora estou retornando a Porto Alegre”.

Deputada Federal:

“Leia a íntegra da minha entrevista à Revista XXX, aqui.”

“Conversei com o Jornal XXX sobre o andamento do grupo da reforma política. Leia aqui.”

“Destaco importância do Estatuto da Juventude em artigo do Jornal XXX, de hoje.”

Ainda existe muito pouco diálogo e muito pouca fala direta do político para o eleitor. A maior parte dos políticos que analisamos usa o espaço virtual para divulgar sua agenda, como exemplo o Deputado Estadual Informante. Em outros casos o político usa o espaço para divulgar matérias vinculadas na imprensa de papel que, ou são de seu interesse ou tem o próprio político como ator principal.

O desempenho do assessor em casos como esse fica restringido. O assessor do Deputado Federal com que conversamos definiu seu papel como nas mídias sociais da seguinte forma:

Trabalho na manutenção das páginas virtuais do Deputado. Nos dias em que ele mesmo (via celular) não publica muita coisa, procuro abastecer a conta com artigos ou notícias que saíram na imprensa. Sobre o que o Deputado escreve me limito a fazer correção ortográfica, caso necessário. Já aconteceu de avaliar negativamente um “post” do Deputado, dou minha opinião, às vezes ele reformula outras vezes me argumenta sua posição e deixa como está.

A correção ortográfica foi um trabalho que percebemos ser desempenhado pelos jornalistas que assessoram os políticos. É pré-requisito para um jornalista o conhecimento da ortografia portuguesa, por isso é natural que os políticos confiem essa revisão a estes assessores. Presenciamos casos em que o assessor de um deputado corrigiu erros, sem nem informar ao político.

Os assessores de imprensa informantes desta pesquisa nos revelaram que possuem o *login* e a senha de todas as contas virtuais de seus chefes. Quando é necessário fazer uma “leve” correção este assessor age e nem necessita comunicar o político para qual trabalha. Em uma conversa com um Deputado Federal Informante ele garantiu que este é um acordo pré-estabelecido com assessores de confiança.

Depois que o cara trabalha com você há um tempo se estabelece uma relação de confiança. O Rodrigo [nome fictício do assessor] é fera no que faz. Muito dedicado e perspicaz, ele compreendeu minha linguagem, minha linha de raciocínio de tal forma que a nossa comunicação ficou dinâmica e muito eficiente. Confio no trabalho dele, ele tem livre acesso as minhas contas na internet, mas as falas são minhas, ele faz um trabalho de revisor.

De fato percebemos que o assessor é mais que revisor e em determinados casos possui mais “agência” do que em outros. Mas da forma que os políticos utilizam o espaço virtual hoje, fica restrita margem para atuação do assessor, já que, de forma geral, nem mesmo o político no Brasil atua de forma intensa. O virtual é uma extensão do real e, salvo algumas exceções, não vem sendo explorado como mais um canal de diálogo onde o político pode estabelecer relacionamento direto com os eleitores.

Não foi possível analisar os diálogos que ocorrem em “*inbox*”, ou seja, ocultos da página virtual que é pública. Do pouco que se viu foi possível perceber o seguinte: Questionamento tido como “simples” pode e aconteceu durante a pesquisa de campo desta dissertação de ser respondida por assessores. A resposta é sempre simples, direta e se limita a responder o questionamento e/ou agradecer o comentário. Os questionamentos que exigem uma resposta mais longa e elaborada são, normalmente, respondidos pelos políticos. Como foi mencionado anteriormente o político, atento ao poder das redes sociais, atua com cautela neste meio, e procura ser o mais cauteloso possível nesta relação virtual.

Questionamentos e “falas” consideradas “simples”, tais como:

“Deputado, que dia o Senhor vem a Santo Antônio da Patrulha?”

“Vereador, eu gostei muito do seu pronunciamento na câmara no plenário de ontem”.

“Deputado parabéns pelo projeto em prol dos municípios gaúchos”

Estas mensagens seguem um padrão que podemos classificar como o padrão das mensagens telefônicas (SMS). Nos casos das mensagens ocultas, uma peculiaridade é a questão do diálogo se desenvolver de um para um. O político e o eleitor trocam mensagens diretas e nominais, algo que fora do ciberespaço seria muito mais raro ou, de qualquer forma, muito menos frequente.

Segundo pesquisadores políticos como o professor Celso Figueiredo Neto, os políticos no Brasil (em outros países também, mas esta pesquisa se limita a este território) ainda não estão usufruindo da forma mais proveitosa do espaço virtual. Figueiredo acredita que assim como fez Barack Obama, os candidatos e políticos brasileiros irão aprender a estabelecer diálogos com os eleitores “virtuais”, através de manifestações provocativas, que chamem o internauta a dar a sua opinião. O pesquisador, porém, afirma que ainda existe um receio por parte da classe política no Brasil.

“A tendência é os políticos utilizem as redes sociais de modo cada vez mais intenso, buscando contato com seus eleitores. Nessas condições as enquetes promovidas pelos políticos em seus sites, os abaixo-assinados preenchidos via Facebook e entregues as autoridades são uma maneira de o político “tirar a temperatura” da sociedade em relação aos mais variados temas. Por outro lado, essa aproximação tende a aumentar a cobrança do eleitor/ativista em relação ao seu deputado. Assim, parece-me haver certo receio por parte dos políticos de envolverem-se ou encamparem manifestações nas redes sociais, pois sabem que, se depois, por quaisquer motivos, “traírem” o movimento, serão cobrados e cobrados nas redes sociais, com potencial risco para sua imagem pública. Esse é o poder que as redes sociais parecem estar estabelecendo. Sua capacidade de destruir a imagem pública desse ou daquele personagem é relevante e muitos políticos não se aproximam delas ou fingem ignorá-las por receio de serem “trollados”, ou seja, perseguidos.” (www.globo.com, *Época*, 26/04/2013)

Como visto neste capítulo, também no ciberespaço existe a construção de um personagem. A persona político, ainda que timidamente, começa a “crescer” no universo on-line. Este crescimento também é fruto de ações coletivas. O espaço virtual se tornou um novo cenário para a atuação de assessores políticos na representação de seus líderes.

Primeiramente se acreditou que neste espaço seria muito mais fácil representar o outro, e que em certa medida seria proveitoso fazer-se passar pelo outro. A aversão popular por esta “técnica” fez políticos e assessores repensarem a forma de atuação no ciberespaço. O que percebemos é que estes profissionais ainda estão descobrindo as vantagens, “armadilhas” e os artifícios deste novo campo de atuação política.

O que podemos concluir de fato, é que este é um universo onde a representação política acontece. Os assessores “existem” e agem dentro deste campo. Apesar de este processo estar começando, deixamos aqui, respaldados pelo conhecimento adquirido na construção desta dissertação, a hipótese de que a internet irá se configurar cada vez mais como espaço de diálogo entre estas partes. Nossa hipótese é de que a gosto do eleitor, os assessores só se prenciarão em terceira pessoa e o político e tornará um agente cada vez mais ativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado, realizada entre 2010 e 2013, para a PUC-RS, teve como objetivo geral contribuir para uma reflexão sobre os processos de construção de um personagem político no Brasil. Além de buscar apontar onde e como a antropologia e ciência política se aproximam e se relacionam, foi nossa intenção compreender como se desenvolve a figura de um personagem político através de um olhar antropológico.

Para dar início ao estudo sobre a construção de tal personagem, introduzimos este trabalho com a noção de pessoa. Esta noção foi, sobretudo, pré-requisito para a construção do conceito de persona que adotamos. A persona política e sua “equipe de bastidores” foram os atores centrais desta pesquisa.

Nossa intenção foi estudar, observar e entrevistar estes “atores” de forma que pudéssemos reconhecer os mecanismos e a influência exercitada pelos assessores. A ideia de que o assessor parlamentar atua na construção e representação do personagem do político foi confirmada neste trabalho.

Entendemos que ficou claro pela bibliografia trabalhada e pelas experiências observadas que, em determinadas situações é comum indivíduos se cerarem de influências para construir a sua persona. Isso acontece o tempo todo em todas as sociedades.

Este estudo, no entanto, nos revelou que as situações mais comuns para o “uso” destas influências são exatamente aquelas em que o indivíduo é colocado “à mostra” ou, como chamamos nesta dissertação, quando ele está no “palco”. A exposição de um indivíduo aos “olhos” de outros faz com que este procure se assegurar sobre a sua personificação.

No caso da personificação política, o peculiar é o fato do político estar constantemente sob o olhar da população. Ouvimos no discurso de um Deputado

Federal Informante, “o político é como a calça da vitrine que é igual as calças que estão empilhadas, mas você só consegue avaliar e criticar a roupa exposta”.

A grande exposição desta figura social tem como consequência, entre outros fatores, muitas críticas. A equipe de assessoramento político funciona em um primeiro momento como um termômetro social. O político quando se reúne com seus assessores para expor e discutir projetos ou para preparar um discurso, está buscando uma segunda opinião. É neste momento que, para esta dissertação, o assessor desenvolve um papel determinante.

O assessor que trabalha diária e diretamente com o político exerce o papel de “conselheiro parlamentar”. É muito difícil mensurar o valor do “olhar” e do “aconselhar” destes assessores sobre os diversos aspectos que envolvem a conduta política de um parlamentar. Sua importância, no entanto, ficou incontestável durante esta pesquisa.

Além disso, o assessor também trabalha como um “filtro”. Observamos que este profissional recebe as demandas e sugestões da população diariamente, seja nos gabinetes, escritório parlamentares e até mesmo na rua, porém ele não remete tudo que chega ao seu chefe. O que observamos é que ele filtra as informações que interessam, faz uma pesquisa sobre o tema referido e só então, se considerar pertinente, discute com o parlamentar sobre o assunto.

O assessor, no entanto, não trabalha somente como um conselheiro ou facilitador, ele atua também como uma espécie de “extensão da figura do seu chefe”, alguém que na ausência do político pode representá-lo. Destacam-se os chefes de gabinete, que atuam frequentemente na representação de seu chefe. De tal forma que, este subordinado fala e age em nome do político que representa. O que percebemos nestas situações é que acontece uma apropriação de características do político. Seja pelo entrosamento, pelo convívio ou por uma exigência do próprio ofício, o assessor se comporta de forma muito obediente à conduta do seu chefe.

Porém, como ressaltamos e exemplificamos neste trabalho, a equipe de assessoramento não se restringi a concordar ou copiar o político. Os assessores que percebemos mais valorizados pelos seus chefes eram justamente os mais críticos sobre a postura do parlamentar.

Ao mesmo tempo em que, assessores agem, eles sofrem limitações. O campo de ação deste agente possui restrições pessoais e organizacionais. As pessoais ocorrem em função de que a personalidade e o entendimento de cada político irão limitar até que ponto o seu assessor terá liberdade para intervir em suas ações. E as organizacionais ocorrem porque as repartições públicas possuem estruturas e hierarquias que limitam a margem de manobra dos trabalhadores.

No decorrer desta pesquisa revelamos situações onde o poder de “agência” do assessor fica limitado pela postura do seu chefe. Foi assim no caso das redes sociais. O político no Brasil está receoso com o poder das redes e por isso, entre outros motivos, limita a “agência” de seus assessores.

Como vimos ao longo desta dissertação, assim como os assessores agem sobre o político, o mesmo também age sobre os seus subordinados. Há uma forte relação de influência entre estas duas partes. O estudo dos resultados deste trabalho destacou que assessores funcionam como promotores e/ou inibidores do comportamento do agente político e essa função é evidente para ambas as partes. O assessor, no entanto, parece sofrer um processo mais “inconsciente” de apropriação de características do seu chefe.

De qualquer forma, nos parece clara a resposta para o questionamento inicial deste trabalho: Quem somos eu? São os “eus”, nesta dissertação, todos os assessores que trabalham diariamente na construção de um personagem político. A ação “oculta” destes profissionais pode ser evidenciada em situações que apresentamos nesta pesquisa. De forma que o objetivo geral deste trabalho foi alcançado.

A análise do processo de construção da persona política, no entanto, é mais rica (e difícil) quando reconhecemos que há outras nuances envolvidas. Não há, contudo, a possibilidade de um recorte abarcar tudo o que envolve este processo. É por isso que ressaltamos as várias temáticas que foram abordadas neste trabalho, e que podem receber novos recortes e aprofundamentos.

Sem a pretensão de esgotar o tema, constatamos que pesquisas sobre a múltipla representação de um indivíduo, seja no universo real ou virtual, ainda são escassas. Nossa intenção é que este trabalho resulte em um marco inicial para futuras reflexões sobre como, em um universo cada vez mais on-line, de comunicação rápida e presenças múltiplas, se dará o processo de construção de um indivíduo.

O indivíduo de hoje cresce cercado de um número maior de influenciadores do que no passado. E este número é cada vez maior. Uma pessoa sentada na frente do computador pode estar se relacionando com dezenas de outros indivíduos. Estas relações agem sobre a construção do personagem de cada um.

Por fim, entendemos que este estudo contribuiu para se obter uma compreensão complementar do fenômeno da construção de um indivíduo. Em qualquer tempo ou sociedade, todos, vivem na construção de personagens sociais de si próprio. O indivíduo, por diversos motivos, procura controlar a impressão que passa ao próximo. O personagem político, pelas razões apresentadas neste trabalho, não age diferente.

Políticos e seus assessores estão iniciando um processo de conhecimento e adequação das novas técnicas que estão atuando na sociedade contemporânea. Esses novos padrões foram focalizados, porém, não esgotados neste trabalho. Espera-se, assim, instigar o desenvolvimento de novas reflexões, tanto por parte dos profissionais da área, quanto por parte de outros pesquisadores interessados pelo tema.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. Campinas: [s.n.], 1985.

BROCKMAN, John (Org.). **Encontros com a elite digital**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BROOK, Peter. **A porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

CARAMANI, Daniele. Party systems. In: CARAMANI, Daniele (Ed.). **Comparative politics**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

CAPELLA, Rodrigo. ***Assessor de Imprensa – fonte qualificada para uma boa notícia***. São Paulo, 2002

CAPELLA, Rodrigo. Publicado em 17.jun.2009 no Observatório da Imprensa

ComScore2. MIDIATIX. **Redes sociais já são a segunda principal atividade dos brasileiros na internet**. Disponível em: <<http://www.midiatix.com.br/redes-sociais-ja-sao-a-segunda-principal-atividade-dos-brasileiros-na-internet/>>. Acesso em: 15.abr.2012.

CROSS, William P.; KATZ, Richard S. (Ed.). **The challenges of intra-party democracy**: (comparative politics) (hardcover). New York: Oxford University Press, 2013.

CUCHE, Denys **A noção de cultura na ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.

DIAS, Marcia Ribeiro. Citação verbal dada em aula do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.

FELICIANO, Marco. In: TWITTER. 30 mar. 2011. Disponível em: <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/339549109272850432>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: 2002.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós**. 3. ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

GOLDMAN, Márcio. A construção ritual da pessoa: a pessoa no candomblé. In: MOURA, C.E.M de (Org.). **Candomblé: desvendando identidade**: São Paulo: E M W Editores, 1987.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 34, p. 197-221, 1991.

MAUSS, Marcel. **Antropologia e sociologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

MINTZBERG, Henry. **Power in and around organizations**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1983.

NETO, Figueiredo Neto. In: www.globo.com, Época, 26/04/2013

QUEIROZ, A. C. F. **Marketing político brasileiro**: ensino, pesquisa e mídia. Piracicaba: Ed. do Coordenador, 2005.

ROMNEY critica comentário de companheiro contra aborto. **Exame.com**, [São Paulo], 20 ago. 2012. Disponível em: <exame.abril.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SILVEIRA, Flavio Eduardo (Org.). **Organização e sociedade:** identidade, poder, saber e comunicação na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2008.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado da comunicação:** organizacional e política. São Paulo: Pioneira, 2004.

TURKLE, Sherry. **A vida no Ecrã:** a identidade na era da internet. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.